

-----ATA N.º 5-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos seis dias do mês de setembro de 2021, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - P. n.º 19/AM/2021 - Informação COVID-19;-----

-----2 - P. n.º 20/AM/2021 - Votos, Moções e Recomendações;-----

-----3 - P. n.º 21/AM/2021 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

----- Informação sobre competências delegadas:-----

-----3.1 - P. n.º 22/AM/2021 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2017);-----

-----3.2 - P. n.º 23/AM/2021 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

-----4 - P. n.º 44/CM/2021 - Proposta de 3.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras para 2021;-----

-----5 - P. n.º 45/CM/2021 - Apreciação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Torres Vedras de 2020;-----

-----6 - P. n.º 46/CM/2021 - Apreciação da prestação de contas intercalares de 2021 da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----7 - P. n.º 47/CM/2021 - Proposta de 2.ª revisão ao PPI e ao orçamento da receita/despesa para o ano de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----8 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais:-----

-----8.1 - P. n.º 48/CM/2021 - Aquisição de serviços de comunicação (voz, dados e TV) por Operador de Telecomunicações;-----

-----8.2 - P. n.º 49/CM/2021 - Aquisição de serviços para assegurar a recolha de resíduos nos circuitos da Assenta (cantoneiro), e de Ponte do Rol e Silveira (motorista de pesados);-----

-----9 - Autorização para repartição de encargos:-----

-----9.1 - P. n.º 50/CM/2021 - Aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de varredora aspiradora compacta;-----

-----9.2 - P. n.º 51/CM/2021 - Aquisição de serviços de professores para dinamização de atividades de enriquecimento curricular;-----

-----10 - P. n.º 52/CM/2021 - Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Arenas;

----- 11 - P. n.º 53/CM/2021 - Proposta de Plano Local de Leitura de Torres Vedras 2020-2027; -----

----- 12 - P. n.º 54/CM/2021 - Proposta de Regulamento do Programa de Voluntariado “Faz Parte – Torres Vedras Jovem”; -----

----- 13 - P. n.º 55/CM/2021 - Proposta de Regulamento do Programa de Parcerias de Incentivo à Reabilitação Urbana; -----

----- 14 - P. n.º 56/CM/2021 - Tomada de conhecimento da ratificação pelo Executivo de despacho da presidente de Câmara através do qual solicitou submissão à Assembleia Municipal da proposta de 6.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras de 2021; -----

----- 15 - P. n.º 57/CM/2021 - Tomada de conhecimento da ratificação pelo Executivo de despacho da presidente da Câmara através do qual aprovou a proposta de nomeação de auditor externo do Dr. Vicente Pereira Gomes Marques e solicitou a sua submissão à Assembleia Municipal; -----

----- 16 - P. n.º 58/CM/2021 - Tomada de conhecimento – Rede Cultura 2027 – Protocolo de Colaboração e Acordo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes; -----

----- 17 - P. n.º 24/AM/2021 - Relatórios da Comissão Eventual de Transportes e Mobilidade: -----

----- 17.1 - Obras de Requalificação da EN9; -----

----- 17.2 - Obras de Modernização da Linha do Oeste. -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário). -----

----- Estiveram presentes os deputados municipais: -----

----- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraledes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e João Paulo Martins Lourenço. -----

----- Para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12.º do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da

sessão.-----

----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, Maria João Pinto Correia, Cláudia Horta Ferreira e Nelson Alexandre Gomes Pereira.-----

Período aberto à intervenção do público.-----

----O presidente da Mesa informou que se tinha inscrito três cidadãos: -----

AGRADECIMENTO:-----

----O *cidadão Herminio Saraiva* começou por dizer que antes das eleições que se aproximam se sentiu moralmente impelido de vir agradecer a todos os eleitos locais que tentaram transformar o concelho num concelho com mais qualidade e onde se possa viver melhor, e dizer a todas as forças políticas com assento quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal que fizeram um trabalho bastante forte.-----

----Deixou igualmente um agradecimento muito especial aos presidentes de junta que não têm uma tarefa fácil, sendo neles que no seu entender começa a democracia, e são eles que fazem a diferença pela sua proximidade com as populações.-----

----Lamentou que alguns eleitos deste mandato já não venham fazer parte do próximo, pois fizeram uma oposição com dignidade e portaram-se com nível em alturas muito difíceis.-----

----Entende que não existe democracia quando há maiorias absolutas seja onde for, e que não são boas para quem governa, nem para os governados nem para as oposições. -----

----Assim e tendo o maior respeito pela presidente de Câmara em exercício e sua equipa, espera que as próximas eleições autárquicas, que terão lugar no fim do presente mês, sejam ganhas por maioria relativa para que mais tarde não apareçam algumas prepotências, que não ajudam a exercer a democracia.-----

----Veio ao plenário para valorizar, agradecer o esforço de todos, e para desejar felicidades em especial ao presidente da Assembleia Municipal pela sua disponibilidade para ajudar o concelho.

----O **presidente da Assembleia** agradeceu as palavras assinalando que as intervenções do público são verdadeiras manifestações de cidadania, o que é de encarecer.-----

----A **presidente de Câmara** expressou uma nota à manifestação de cidadania do cidadão em causa, no seguimento da participação que tem feito ao longo do mandato nas reuniões dos órgãos do município. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE RUNA – MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE E FALTA DE MÉDICO DE FAMÍLIA:-----

----O *cidadão Humberto Gomes* representante da Plataforma Runa Acontece disse que

continuam a estar extremamente preocupados, com o profundo silêncio da IP (Infraestruturas de Portugal) no que consiste à Modernização da Linha do Oeste, concretamente sobre os prometidos estudos de projetos para a alternativa à subestação de tração em Runa, o deslocamento do apeadeiro, e a construção de uma passagem superior para suprimir a atual passagem de nível. ----

---- Lembrou que no final de uma reunião que se realizou em 23 de março, foi divulgado que os citados estudos em dois meses estariam prontos para serem apresentados à população de Runa, mas já se passaram cinco meses, e nada se vislumbra por parte da IP. -----

---- Deu nota ainda que no passado dia 3 de agosto, a Plataforma Runa Acontece reuniu com a Sra. Presidente da Câmara, a quem transmitiu para além das preocupações com este atraso, quatro alternativas para a subestação e demais questões, que também já tinham transmitido anteriormente à IP, salientando dessa conversa com a edil a sua abertura para diligenciar no sentido de ser encontrada uma localização alternativa para a subestação fora da zona que estava a ser prevista. -----

---- Referiu que a plataforma fez pesquisas, estudos e contatos com técnicos qualificados em ferrovia, deparando-se com alternativas técnicas que não foram tomadas em consideração pela IP, das quais deu nota ao plenário no sentido de dar maior flexibilização para a localização da subestação de tração. -----

---- Defendeu que os Runenses aplaudem a modernização da Linha do Oeste, como uma mais valia para toda a região e aguardam ansiosamente que também o apeadeiro seja deslocado, assim como que a passagem superior seja de imediato construída, para suprimir a atual passagem de nível, que tem sido apelidada de "passagem da morte", o que se poderá agravar com a passagem de 48 comboios por dia e onde a velocidade passará a ser de 140 km/hora. -----

---- Assim, a população de Runa, e ao contrário do que foi lamentavelmente afirmado em sessão da Assembleia Municipal pelo deputado municipal do PS, Rui Prudêncio, não será culpada, de colocar em risco a obra da modernização da Linha do Oeste, nem está a ser monopolizada por interesses político-partidários, já que os Runenses sabem muito bem responder àquilo que os afeta, e não querem deixar para as gerações futuras este "mamarracho". -----

---- Indicou que a população de Runa apela à IP, que tem certamente os melhores engenheiros do país, para encontrar alternativas para estas pretensões. -----

---- Prossequindo, disse que as problemáticas de Runa, não são somente referentes à Modernização da Linha do Oeste, e a Plataforma Runa Acontece, pelo que veio também alertar para o grave problema da falta de médico no posto que se verifica há vários meses, sendo urgente que se tomem medidas, e que o facto de haver um projeto de edificação da Unidade de Saúde Familiar, de nada vai servir à população de Runa e arredores, se não forem colocados médicos de família. -----

-----Afirmou que a Plataforma Runa Acontece apoia a população nesta sua justa reivindicação, e deixa aqui o alerta à Câmara Municipal para intervir no sentido de a solucionar rapidamente.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que na reunião que teve com a plataforma no dia 3 de agosto se tinha disponibilizado para ajudar a dirimir este assunto, e em conjunto, e independentemente das propostas da IP.SA, verem se existem alternativas credíveis do ponto de vista técnico, embora logo na altura tenham percebido que o mês de setembro seria a melhor altura para se avançar com uma reunião com a IP, SA e assim será.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E ECOCENTRO DO PAÚL:-----

-----O **cidadão João Alves**, começou por dizer que é morador do Paul, e que o assunto que o traz já foi abordado por três vezes nas reuniões do Executivo Municipal.-----

-----Hoje vinha fazer um convite à presidente de Câmara, ao presidente de Junta de Santa Maria, S. Pedro e Matacães assim como a todos os políticos do concelho, para uma reunião que se irá realizar na próxima 2.ª feira na sede do clube do Paul onde o povo gostaria de ser ouvido.-----

-----Disse ainda que ele e dois moradores já estiveram presentes numa reunião onde ficaram a conhecer a posição da Valorsul e da autarquia, mas precisam que os moradores sejam ouvidos antes de a obra ser concluída, para transmitirem as preocupações, dúvidas e inquietações assim como darem a conhecer propostas para alterar o que está a ser feito.-----

-----Concluiu dizendo que pertencem a um concelho com 83 mil pessoas, mas os 1400 moradores do Paul, por poucos que sejam, têm tanto direito a ser ouvido como qualquer outra população da cidade.-----

-----A **presidente de Câmara** deu nota que à data já foi feita uma reunião, na qual esteve presente um técnico da Valorsul, dois vereadores do Executivo Municipal, a diretora delegada dos SMAS e ainda 3 moradores entre os quais a Eng.ª do Ambiente Ana Teresa Santos que já consultou todo o processo existente nos serviços, e a quem foram fornecidas todas as informações detalhadas sobre as características da estação de transferência em causa e do seu funcionamento, sem qualquer subtração de informação.-----

-----Deu nota ainda que não tem a certeza que podem estar presentes na 2.ª feira devido a constrangimentos de agenda face ao período que atravessam.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.---

-----Anota-se que foram numerados seis documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 103 da Assembleia Municipal do Entroncamento, de 30/06/2021 a remeter para conhecimento moção aprovada em sua sessão ordinária realizada em 29/06/2021 sobre o memorando de entendimento aprovado pelo Governo no final de 2020 com as CIM do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo tendo em vista a criação duma ITI – Investimentos territoriais integrados. -----

DOCUMENTO 2: -----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 12/07/2021 a enviar para conhecimento o Projeto de lei n.º 909/XIV-2.ª de alteração ao Regime do Arrendamento Urbano.-----

DOCUMENTO 3: -----

-----E-mail da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, de 14/07/2021 a dar conhecimento do conteúdo da Recomendação n.º 2/CNPPCJ/2021, aprovada pelo seu Conselho Nacional sobre o cumprimento dos mandatos pelos membros indicados pelos órgãos autárquicos. -----

DOCUMENTO 4: -----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 1/07/2021 a enviar pergunta feita ao Governo, sobre a “Compensação dos Municípios pela realização de despesas no âmbito do combate à epidemia da COVID-19”. -----

DOCUMENTO 5: -----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP de 19/07/2021, a dar conhecimento de resposta do Ministro das Infraestruturas e da Habitação relativamente à questão por este grupo colocada, sobre a situação e o futuro dos CTT, os resultados e as ameaças da gestão privada. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 6: -----

-----E-mail de Maria Teresa Lopes Oliveira, de 3/09/2021 a informar que por motivos pessoais, será substituída na sessão, por João Paulo Martins Lourenço.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

MOÇÃO - ITI – INVESTIMENTOS TERRITORIAIS INTEGRADOS – CRIAÇÃO DE NUT II:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* reportou-se à carta anteriormente lida sobre o assunto em título, remetida pela Assembleia Municipal do Entroncamento para se congratular com a posição assumida por este órgão deliberativo, que reflete o pensamento do “Ribatejo” e para dizer que parecer existir um ambiente propício entre as comunidades intermunicipais do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e do Oeste para não só a defesa da ITI mas para que este seja um primeiro passo de um trabalho que leve à criação de uma nova NUT II.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POSIÇÃO DO OESTE – TURISMO – CADERNOS EXPRESSO:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* nesta que é seguramente a última sessão antes do ato eleitoral, quis deixar expressa a sua tristeza por durante 4 anos ter “chovido no molhado” no que à posição do Oeste em matéria de turismo diz respeito.-----

-----Nesse propósito fez uma pequena intervenção a lamentar a ausência do Oeste nos cadernos em título, salientando o facto de a OesteCIM ter investido e muito bem na “Marca Oeste”, embora em termos de marca internacional sejam completamente esquecidos, mas que continuará a dar voz a esta luta até que a voz lhe doa. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

7 MARAVILHAS DA NOVA GASTRONOMIA:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, solicitou à edil que junto da OesteCIM visse se há algum município que foi incorporado num dos programas em título, que são autoria de uma empresa privada de gente inteligente que sabe ganhar dinheiro à custa do erário público, para saber se a Região de Turismo do Centro mais uma vez terá entrado com verbas apenas para algum município que lhe convinha e nenhum da região Oeste.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E ECOCENTRO DO PAÚL:-----

-----Na sequência da intervenção do cidadão sobre o assunto em título e também tendo em conta as preocupações expressas pela comissão de moradores da Paul nas reuniões do órgão executivo o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* assinalou a sua apreensão com o impacto que esta estação de transferência pode trazer ao ser instalada na periferia da cidade, com a previsível quantidade de resíduos a ser depositada, e também com o aumento do número de veículos a circular.-----

-----Pelas palavras do cidadão está preocupado e não lhe parece curial que tenham encerrado a lixeira da Fonte Grada e que haja agora uma estação de transferência próxima da cidade e de habitações. Fala-se que a CCDR não será a incentivadora deste equipamento e que será a autarquia a impor pelo que gostaria que a presidente de Câmara prestasse alguns esclarecimentos tendo em conta a qualidade de vida, a ecologia e o bem estar dos cidadãos. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que se encontrava presente a Eng.ª Sandra Pedro, diretora delegada dos SMAS, e solicitou que lhe fosse dada a palavra para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----Devidamente autorizada a **Eng.ª Sandra Pedro** confirmou a reunião que decorreu no dia 3 de setembro, no Centro Operacional Municipal, com três representantes da comissão de moradores, a equipa técnica da Valorsul como entidade que vai ser responsável pela gestão da infraestrutura em causa e onde todas as dúvidas que foram colocadas foram esclarecidas no que se refere ao

funcionamento da estação de transferência, do Ecocentro e da atuação do município na gestão dos resíduos, colocando-se à disposição do plenário para mais esclarecimentos: -----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que não estava devidamente informando e que Assembleia Municipal decerto que também gostaria de saber o que estava ali previsto. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo*, disse que todo este processo leva a que o CDS esteja atento, mas dando o benefício da dúvida, tendo em conta que a Valorsul será a empresa responsável pelas operações.-----

----A primeira preocupação dos residentes tem a ver com a possibilidade a curto médio prazo de cheiros, mas partindo do princípio que esta questão foi estudada, no caso de se virem a verificar questionou se está prevista uma cláusula no contrato para voltarem atrás. A segunda preocupação reporta-se ao previsível aumento de trânsito em vias que não estão dimensionadas para o efeito e questionou se houve garantias do município para o seu alargamento pelo menos até à rotunda para que o trânsito se possa processar melhor. -----

----A *Eng.ª Sandra Pedro* explicou que o centro em causa é uma infraestrutura prevista desde 2009, que resultou de uma exigência do Município de Torres Vedras à Valorsul, uma vez que com a construção do aterro no Cadaval, os percursos que os veículos tinham que realizar para deposição final dos resíduos eram muito grandes, o que causava um claro prejuízo financeiro à operação. Finalmente conseguiu-se iniciar a construção, num local selecionado pelo município, e se estivesse em cima da mesa qualquer problema ou que se pensasse que pudesse ocorrer não se avançava. Esta infraestrutura irá ter uma estação de tratamento de resíduos (apenas os produzidos no concelho e recolhidos pela frota do município) e um ecocentro (semelhante ao que está em funcionamento, mas muito melhorado). -----

----Na estação de transferência os resíduos recolhidos serão transferidos em zona coberta, para contentores herméticos que quando ficarem cheios serão transportados para a central de valorização energética da Valorsul em S. João da Talha. Nesta operação, o risco de odores nem sequer está previsto, mas ainda assim a Valorsul tem um plano de monitorização quer de odores quer de ruído que irá implementar, tal como implementa em todas as suas infraestruturas, que não são novas, pois existem mais unidades deste tipo a funcionar sem registo de qualquer problema. --

----Quanto à rede viária, apenas podia dar nota que o número de viaturas a circular será menor.--

----Salientou que tudo isto foi explicado na reunião de sexta-feira à comissão de moradores.-----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* lembrou que muitas vezes há lixiviados que ficam pelas ruas pelo que os veículos teriam de estar todos em excelentes condições, assunto lhe suscita algumas dúvidas. -----

----Também fez notar que Torres Vedras é um concelho com zonas isoladas e algumas despovoadas não percebendo se esta escolha foi uma imposição da Valorsul ou escolha da

autarquia pois acha estranho ter de localizar-se tão perto da malha urbana, com vias curtas e estreitas, e que apesar de ser apresentado um cenário perfeito para o seu funcionamento, se fosse ele teria escolhido outro lugar. -----

----Pedi de novo o uso da palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, que aludiu ao facto de a Eng.^a ter dito que esta questão foi ponderada pelo Executivo devido ao prejuízo financeiro relacionado com a deslocação dos carros até ao Cadaval, para questionar se já fizeram as contas da poupança anual. -----

----Em resposta a *Eng.^a Sandra Pedro* no que concerne à poupança, estimam que pode rondar os 200/300 mil euros por ano só pensando em termos de combustíveis e gestão de viaturas, embora também tenham que ter em conta a taxa de gestão dos resíduos no aterro sanitário, que é o mais elevado e se conseguirem alterar o destino final têm poupança adicional. -----

----Quanto aos lixiviados compreende a preocupação, reafirmando que não se trata de uma infraestrutura nova e não têm nota de existirem problemas desse tipo nas que já existem em funcionamento. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROMOTORRES, EM:-----

----O *deputado municipal João Rodrigues* disse estranhar que este ano a Câmara não tenha enviado para análise as contas da Promotorres, o que aconteceu pela primeira vez neste mandato, logo quando esta empresa dá um prejuízo de 248 mil euros, mas não quer acreditar que se trata de uma omissão por estarem em véspera de eleições e por se ter verificado um prejuízo recorde. -

----Anotou que este dinheiro terá de ser transferido da Câmara para a Promotorres, conforme a lei estipula e que seria bom discutirem aqui, o que afinal se pretende fazer com esta entidade, que absorve milhões do erário público. -----

----Lembrou que a Promotorres já dava prejuízo antes da pandemia, mas a pandemia não explica tudo, como por exemplo, os prejuízos da exploração do Mercado Municipal e do respetivo parque subterrâneo, que em 2018 foi de 52 mil euros e agora é de 60 mil euros. -----

----Frisou que também a atividade de fiscalização sempre deu prejuízo, mais concretamente em mais de 200 mil euros desde 2018, sem falar dos eventos, que se realizam sempre com um financiamento direto da autarquia a cada um deles, em vez de serem redimensionados. O estacionamento e mobilidade em geral, passaram a ser a grande fonte de sobrevivência da Promotorres, (este ano com 782 mil euros), tendo ficado evidente nestas contas a necessidade de cobrar estacionamento durante a pandemia e no confinamento, pois sem estas verbas tornava-se insustentável a sobrevivência da empresa e só porque não foi cobrado por dois meses, já se clama uma quebra de receita.-----

----Referiu que existem ainda problemas na área laboral, porque a autarquia usa os funcionários

da Promotorres a troco de uma cedência, mas se os tivesse de contratar pagava mais, logo, a Promotorres, para além de tudo o resto, cede mão de obra mais barata à Câmara, uma situação completamente reprovável. Para além disso todos os trabalhadores são indiferenciados como assistentes operacionais, mesmo os que têm funções de fiscalização mais especializadas, ganhando o mesmo, nalguns casos há dez anos. -----

-----Por tudo o aludido interroga-se como chegaram a este ponto.-----

-----Alertou que estas questões deviam ser respondidas pela autarquia no sentido de a Promotores ser muito bem repensada e redimensionada, de forma a ser sustentável na sua função essencial e assim, o Bloco de Esquerda regista com apreensão que este assunto incómodo para a Câmara Municipal tenha sido apagado da discussão na Assembleia Municipal, precisamente a três semanas das eleições.-----

-----O **presidente da Mesa** informou que está agendado no ponto 5 da ordem de trabalho as contas consolidadas do Município que dizem respeito ao grupo municipal que engloba para além da Câmara Municipal e SMAS a Promotorres, EM.-----

-----Informou ainda que a Prestação de Contas de 2020 desta empresa municipal, foi disponibilizada para conhecimento aos deputados municipais no mês de abril, e que o deputado municipal podia fazer uso da faculdade prevista na lei e no regimento solicitando que fossem sujeitas à apreciação do Órgão Deliberativo, uma vez que não foram submetidas à apreciação do órgão deliberativo porque a lei assim não dispõe, e deste modo nesta matéria a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade.-----

-----Aproveitando esta intervenção sobre a Promotorres, o *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se à feira rural que se realizou em Santa Cruz, num recinto fechado com dois vigilantes de uma empresa privada a controlar as entradas, supostamente contratados pela Promotorres para manifestar a sua estranheza por ter visto perto do local três colaboradores à sombra a “fiscalizar” o trabalho dos outros, questionando se a edil acha que esta é uma forma correta de gerir esta empresa municipal e se não teriam que repensá-la.-----

-----Terminou referindo que a situação que descreveu talvez ajude o colega João Rodrigues a perceber a razão da Promotorres não dar lucro.-----

-----A **presidente da Câmara** tal como já referido pelo presidente da Mesa, esclareceu que não há obrigatoriedade legal para a informação semestral ser presente ao órgão deliberativo, como acontece com as contas consolidadas, mas o deputado municipal João Rodrigues pode ter acesso se solicitar.-----

-----Relativamente à questão dos vigilantes, não comenta a gestão da Promotorres, mas pode informar que a feira em causa é uma organização da empresa municipal e que os seguranças têm que ter certificação para exercer a atividade de segurança, enquanto que a vigilância pode ser feita

pelos colaboradores da Promotorres. -----

----Por último deu nota que continuam num ano peculiar em que as atividades não são as normais e não seria expeável que tivessem folga em termos financeiros. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que se a questão tem a ver com os funcionários da Promotores não estarem certificados, deixava a sugestão de se pensar no assunto para não terem que contratar fora aquilo que têm cá dentro. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

URBANIZAÇÃO DA INFESTA:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportando-se à sua intervenção na última sessão sobre o estado de conservação da passagem pedonal que liga a mesma à cidade e que carece de intervenção quer na parte metálica quer no passadiço de madeira, à qual a edil respondeu que o município se preparava para intervir, questionou se hoje já tinha novidades.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RELÓGIO:-----

----A *deputada municipal Marta Galdes* na senda do seu alerta feito na sessão anterior sobre o relógio que existe na Rua Dr. Aurélio Ricardo Belo, disse que ainda não funciona.-----

----A *presidente de Câmara* informou que já foi solicitada à JC Decaux a reparação do relógio, mas, entretanto, houve concurso e a estrutura vai ser substituída por outra empresa que ganhou a exploração.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HOSPITAL DE TORRES VEDRAS:-----

----A *deputada municipal Marta Galdes* disse ter tido conhecimento que existem cidadãos torrienses a aguardar por cirurgias há mais de 6 meses e que neste momento estão a ser encaminhados, para encurtar esse tempo de espera, para outros hospitais, alguns a distar cerca de 100 km, questionando se a edil tem mais informação e manifestando-se preocupada com a situação.-----

----Relativamente a esta preocupação a *presidente de Câmara* disse que não era política exclusiva do hospital de Torres Vedras, mas por todo o país no sentido de deslocar os doentes onde se verificarem vagas para as cirurgias. Lamentou que seja desta forma, mas é compreensível nesta fase por falta de recursos humanos resultante da COVID-19, esperando que a situação seja normalizada nos próximos tempos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO/QUESTÕES FEITAS PELO DEPUTADO MUNICIPAL SÉRGIO JACINTO NA REUNIÃO DE 1/07/2021:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou se a presidente da Câmara conseguiu

apurar algo sobre a qualidade das refeições escolares, qual a data do arranjo do Jardim do Sarge e se conseguiu saber a percentagem dos freixos que sobreviveram.-----

-----Ainda na senda dessa sua intervenção deu nota que o Município continua a ter um mau desempenho no que se refere à reciclagem, concretamente quanto às pilhas, ao que acresce o problema dos oleões que vertem pela rua e fazem uma grande imundice à sua volta, parecendo-lhe que os recipientes não serão os mais adequados e este problema tem que ser repensado.-----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que relativamente às refeições escolares tem conhecimento de algumas reclamações residuais, mantendo, por isso, a confiança nos serviços que são prestados pelo município.-----

-----Sobre o Jardim do Sarge informou que antes do arranjo existe a necessidade de fazer uma alteração no percurso das condutas que teriam de passar por uma propriedade privada, que não autoriza.-----

-----Quanto aos freixos, tomou a devida nota para ver com os serviços.-----

-----No que se refere ao desempenho da reciclagem no município, pretendem que seja substancialmente melhor vendo como vantajoso que esta nova estação de transferência tenha um Ecocentro, mas este desempenho não depende só da autarquia, também depende dos cidadãos e o Município tem investido muito na literacia e na educação dos cidadãos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SEGURANÇA E POLICIAMENTO:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu nota que tem vindo a notar nos últimos tempos, presumindo que por causa da pandemia e da desocupação das pessoas, vandalismo na propriedade pública e privada, concretamente nas paragens de autocarro que ainda não têm um ano de funcionamento, o que entronca no que se tem vindo a registar no município, ou seja, que há falta de segurança e policiamento, critica que dirige à tutela e não aos agentes das forças de segurança do concelho.-----

-----Acrescentou que também foi por causa da falta do tal policiamento que assistiram mais uma vez a Torres Vedras nas primeiras páginas das notícias, concretamente Santa Cruz, por ter havido ajuntamentos ilegais que deram origem a mais um surto de COVID-19, dando assim nota que é tempo de uma vez por todas a Câmara Municipal se empenhar a fundo para terem uma autoridade policial mais presente e mais efetiva.-----

-----A **presidente de Câmara**, defendeu que é um desejo comum a todos os torrienses terem policiamento eficiente, mas não é verdade que o vandalismo seja algo de transcendente no concelho. Têm tido de facto nota de alguns atos, mas assegurou que a autarquia tem feito todos os esforços ao seu alcance para terem mais apoio em meios humanos e exercido alguma persuasão em situações que deviam ser mais acauteladas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Período da ordem do dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 4 de 28 de junho e 1 de julho de 2021 tendo a Assembleia Municipal, após algumas correções aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

1- P. N.º 19/AM/2021 - INFORMAÇÃO COVID-19:-----

-----Relativamente à situação atual a **presidente da Câmara** deu nota que existem no concelho 193 caso positivos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias. Estes números foram recentemente aumentados pelo surgimento de um foco que se iniciou em Santa Cruz, existindo no momento 45 positivos, 73 contactos de risco e 57 em vigilância ativa, e que segundo informação da autoridade de saúde terá tido origem num convívio de jovens, que depois se propagou pelos bares nos dias 28 e 29 de agosto, estando os casos positivos espalhados por todo o concelho.-----

-----Deu nota ainda que para minimizar a situação tem havido articulação com as forças de segurança e autoridade de saúde local, apelos à população direcionados para quem tenha frequentado essas festividades noturnas para que faça autotestes e em caso positivo contactar a “Saúde 24”, reforço na fiscalização das praias em Santa Cruz por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil e ainda articulação com o Centro de Saúde no sentido de reforçar as testagens gratuitas nessa localidade.-----

-----Lembrou que existe a funcionar um centro de testagem ao sábado à tarde em Santa Cruz, onde já foram realizados 277 testes, com apenas 1 caso positivo.-----

-----No que se refere à vacinação, informou que têm 60.610 habitantes com o esquema vacinal completo, num total de 122.197 doses administradas, 61. 587 com a 1.ª dose, 51.329 com a 2.ª dose e 9.281 com dose única.-----

-----Por último informou que foram encerrados os três centros de apoio instalados fora da cidade por não serem necessários, mantendo-se em funcionamento o Centro de Vacinação do Pavilhão Multiusos.-----

-----A *deputada municipal Susana Neves*, interveio no sentido de solicitar que a edil identificasse junto do ACES um problema que se prende com os doentes que integram a unidades de cuidados continuados de Torres Vedras, dos quais a grande maioria vêm referenciados de outros hospitais onde não é administrada a vacina COVID-19.-----

-----Também recebem doentes que já terminaram o prazo de imunidade e necessitam de realizar ou completar a vacinação, e uma vez que estão a falar de doentes com grande dependência, acamados e com grande dificuldade de se deslocarem, precisam da ajuda do ACES Oeste Sul, para resolver o problema com a maior brevidade.-----

-----Sobre a questão do surto a *deputada municipal Marta Gerald*es felicitou as autoridades de saúde e o gabinete de comunicação da Câmara Municipal de Torres Vedras, já que a solução de recomendar aos jovens de fazer testes rápidos nas redes sociais foi bem conseguida, verificando-se grande adesão à testagem e correu bem pois a mensagem chegou a quem pretendiam.-----

-----Neste contexto, aproveitou para defender os jovens que a nível nacional foram bastante tolerantes durante o confinamento resultante da pandemia durante quase dois anos, sem amigos e sem as atividades próprias da juventude e souberam aguardar a sua vez para a vacinação, onde foram dos últimos. Não podem ver estas ocorrências só pela negativa, considerando que pela idade é normal que queiram conviver.-----

-----Lembrou também que ainda está em vigor a nível nacional a restrição de encerramento dos bares às 2.00h o que deveria ser repensado.-----

-----Disse ainda que estes ajuntamentos de jovens que propiciam este tipo de surtos não ocorreram só em Torres Vedras, lembrando que fizeram notícias alguns que ocorreram com alguma gravidade no Algarve e sabe que em Santa Cruz tem existido fiscalização, mas o seu efeito tem pouca durabilidade, porque só resulta até as forças de segurança se afastarem. Também não se pode prender jovens que só estão a falar na rua, sendo difícil culpar as forças de segurança ou os jovens tendo que imperar o bom senso.-----

-----Por último questionou sobre a taxa de adesão à vacinação jovem no concelho.-----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes* disse concordar com quase tudo que a deputada municipal que o antecedeu disse, no entanto ainda tinha algumas questões, concretamente qual o total elegível de cidadãos do concelho para vacinação da população em geral, qual a percentagem até ao momento de recusa, e se os jovens infetados no citado surto têm uma dose ou a vacinação completa.-----

-----A propósito do surto em Santa Cruz, disse que transparece a ideia que a GNR não tem efetivos suficientes para fazer um patrulhamento eficaz, particularmente num ano excecional muito difícil, concordando que todos tiveram que fazer cedências em quase dois anos de uma forma que nunca pensaram ser possível, sendo natural que quando possam ter alguma liberdade sejam cometidos alguns exageros, não só pelos jovens, mas por todos, e nesta sequência questionou a edil se acha que neste ano de exceção os agentes são suficientes ou deveriam ter sido reforçados.-----

-----Por último também felicitou o processo de vacinação em Torres Vedras que tem corrido de forma excelente, e agradeceu a todos os intervenientes porque se conseguiu estar no primeiro grupo de concelhos na percentagem de vacinação a nível nacional.-----

-----Também sobre o surto de Santa Cruz a *deputada municipal Rita Sammer*, questionou se não seria interessante haver uma testagem noturna, embora se coloque a questão do reporte dos resultados dos autotestes.-----

----- Também acha perfeitamente compreensível o que está a acontecer com os jovens, mas eles estão a aderir à vacinação e têm que passar a mensagem que a vacinação serve para alguma coisa, e há que começar a compatibilizar todas estas situações normais de uma vida com mais normalidade. -----

----- Deu nota que neste próximo ano letivo vai continuar a funcionar, a plataforma “Report-covid” instrumento que se revelou um auxiliar muito importante para as escolas e para o controlo dos contágios em meio escolar com resultados extremamente positivos, para o qual muito contribuiu a ação do Dr. Ricardo Sá, contratado pelo município, pela forma abnegada e disponível com que trabalhou com as escolas, manifestando o agrado do PSD pela continuação desta iniciativa. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* reportando-se à questão da fiscalização das forças de segurança, defendeu que não tem a ver com os agentes, mas com os respetivos comandos e tutela, pois, a título de exemplo, verificou que não faltam agentes quando há provas desportivas no concelho, designadamente as provas de ciclismo. -----

----- Questionou se há data prevista para a desativação dos centros de vacinação do concelho e tendo em conta que a pandemia fez diminuir os horários e a oferta de transporte público no concelho designadamente do TUT questionou se está prevista a reposição desses horários e para quando e ainda como irão funcionar os transportes escolares no que à COVID-19 diz respeito. -----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* interveio no sentido de reforçar o que foi dito no que se refere à campanha de vacinação, que neste momento no concelho já alcançou uma taxa de 60%, em todos os escalões etários, lembrando que já não é necessário fazer marcação, estando em funcionamento a modalidade de “casa aberta” para todos. -----

----- O *deputado Municipal António Carneiro* saudou a forma como a deputada municipal Marta Geraldês fez a sua intervenção pois também concorda que não é fácil, depois de quase 2 anos, manter os jovens fechados em casa sem sair à noite um pouco. -----

----- Pensa que já foram dadas algumas sugestões, que deveriam ser tidas em conta pela presidente de Câmara e aproveitou para sinalizar o papel das redes sociais, que neste surto se revelaram muito importantes na mobilização para a testagem, sugerindo uma ferramenta em permanência deste tipo para sensibilização e alertas às escolas. -----

----- A concluir disse ter alguma dificuldade em acreditar que nos próximos anos possam vir a ficar totalmente livres deste problema, ou que irá desaparecer algum dia, mas se tal acontecer, a sociedade torriense liderada pelo Município poderia fazer uma grande festa pública de homenagem a todos aqueles que estiveram na linha da frente para agradecer todos os sacrifícios por causa do COVID-19. -----

----- Corroborou as palavras sobre a forma excelente como decorreu a vacinação no concelho. -----

----- A *presidente da Câmara* começou por dizer que tomou boa nota da intervenção da deputada

municipal Susana Neves e à deputada Marta Geraldês agradeceu as palavras pois o seu raciocínio é idêntico quanto à questão dos jovens. -----

-----Relativamente à taxa de vacinação dos jovens, disse que não estava na posse desses dados, mas que os iria solicitar à autoridade de saúde do concelho, para os partilhar com o plenário, embora saiba que tem havido muita aderência, crendo que por se sentirem mais seguros. -----

-----Quanto aos 45 jovens que deram positivo no surto, é variável a sua situação vacinal, mas têm que ter em conta que a idade varia entre os 15 e 25 anos, por isso mesmo na generalidade têm apenas uma dose.-----

-----Respondendo à deputada municipal Rita Sammer referiu que já colocaram ao ACES a hipótese de intensificar a testagem gratuita em Santa Cruz durante a primeira quinzena do mês de setembro para além da que fazem aos sábados à tarde, e agradeceu as palavras sobre a plataforma “Report Covid - Escolas de Torres Vedras”, a qual se irá manter em funcionamento até que seja necessário, assim como o Dr. Ricardo Sá, que foi um apoio muito grande, irá continuar em funções.-----

-----Sobre a questão do policiamento das provas desportivas lembrou que os agentes prestam esse serviço fora do horário de trabalho e “são muito bem pagos” e que os centros de vacinação do Turcifal, Runa e Sobreiro Curvo já estão desativados mantendo-se em funcionamento o da cidade no Pavilhão Multiusos.-----

-----No tocante aos migrantes informou que já trabalham na vacinação com as empresas há um mês e meio, mas, na altura ainda não havia essa indicação de poderem ir no horário de “casa aberta”. -----

-----Por último e sobre a questão dos transportes escolares, assegurou que estão a trabalhar este processo, mas, embora as normas das escolas sejam semelhantes às do ano transato, terão de fazer possíveis ajustes nas duas primeiras semanas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - P. N.º 20/AM/2021 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

-----O presidente da Mesa disse que tinham sido rececionados dois documentos que a mesa passaria a apresentar sem prejuízo de uma breve introdução pelos proponentes. -----

MOÇÃO - GRAVIDADE NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----“No concelho de Torres Vedras, na presente data, a prestação de cuidados de saúde primários traduz-se num estado de grave insuficiência com extensões do centro de saúde encerradas e vários milhares dos nossos concidadãos sem médico de família.-----

-----A pandemia COVID19 não explica tudo, até porque a mesma, felizmente, aparenta estar controlada, graças à vacinação. -----

-----À data do início de funções dos atuais Governos PS, em termos nacionais, era evidente e indesmentível uma enorme carência de médicos de medicina geral e familiar, vindo, contudo, a demonstrar-se que tal carência não se repartia equilibradamente pelo todo nacional (continente): nas áreas territoriais do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), com aproximadamente a mesma população (três vírgula seis milhões de habitantes cada), a insuficiência de médicos desta especialidade, nos finais de 2017, era no Norte de menos de três dezenas e em Lisboa e Vale do Tejo, em que Torres Vedras se insere, de três centenas e meia! -----

-----Identificado que foi este grave problema, encetámos a denúncia junto dos titulares governamentais do Ministério da Saúde, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, tendo alertado as demais Assembleias Municipais da área de LVT. -----

-----Exigimos compromissos calendarizados de correção de tão injusta quão grave situação atentatória da saúde e até da vida de muitos seres humanos.-----

-----Afirmámos, inequivocamente, que a Administração Pública, Governo incluído, está vinculada ao princípio constitucional da igualdade, tendo nós recebido sempre “respostas redondas” que apenas servem para iludir os incautos. -----

-----Impõe-se, passado todo este tempo, reafirmar que rejeitamos “paliativos” e que exigimos medidas estruturais. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras em sessão ordinária nesta data, reclama:-----

-----1 – Que nos próximos concursos para a carreira médica se restrinjam as vagas às áreas territoriais com maior carência, até por força do artigo 13º da Constituição da República que determina que o Estado “garanta uma RACIONAL e EFICIENTE cobertura de todo o país em recursos humanos, em ordem a assegurar a proteção da saúde”. Até hoje as vagas a concurso têm sido de tal modo alargadas que abrangem todas as necessidades reais e imaginárias, conferindo aos candidatos – em número muito inferior – um enorme grau de liberdade de escolha que é gerador das maiores distorções. Imagine-se a aplicação deste regime à generalidade dos múltiplos concursos da Administração Pública!?

-----2 – Que seja revisto, complementarmente, o generoso “regime de mobilidade”. -----

-----3 – Que, no acesso à “formação em serviço” complementar da frequência dos cursos de medicina, que antecede o ingresso na carreira médica – período designado por internato médico – os respetivos concursos obedeçam ao mesmo critério de tendencial encaminhamento dos candidatos para os territórios de maior carência.-----

-----4 – Que é inadiável a aprovação de um novo estatuto da profissão médica com clara interdição do pluriemprego nos setores público (SNS) e privado, consagrando uma justa melhoria remuneratória no setor público, extensivo aos enfermeiros e demais técnicos de saúde. -----

-----Esta Assembleia Municipal entende ainda que devemos ficar atentos quanto ao recente anúncio público de três novos cursos de medicina em outras tantas universidades, nos próximos dois anos. Que tal anúncio tenha concretização mesmo enfrentando a oposição da Ordem dos Médicos e do Conselho das Escolas Públicas, aliás, já manifestada, à semelhança do que assumiram com o pretendido e gorado alargamento do número de vagas dos cursos de medicina, no ano letivo que ora se inicia. Governar é também enfrentar com determinação e denúncia pública os que atentam contra a satisfação do legítimo interesse comum. -----

-----Por último, esta Assembleia Municipal reclama ao Ministério da Saúde a adoção de medidas excepcionais que sirvam a prestação imediata de cuidados de saúde primários em falta a muitos cidadãos, na área deste Município. -----

-----Torres Vedras, 6 de setembro de 2021.-----

-----Os proponentes (GM PS).”-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, expressou o acordo do grupo Municipal do PSD quanto às considerações iniciais da moção pois estão de acordo que a carência de médicos de família não se reparte de forma equilibrada por todo o território, o que já constataram há bastante tempo e que nesse sentido procurou a Assembleia Municipal no âmbito das suas funções, nomeadamente através da Comissão de Saúde, intervir e fazer alguma pressão, mas perceberam que era uma questão que consubstanciava um grande desequilíbrio. -----

-----Quanto ao resto apresentam várias questões, desde logo o propósito desta moção pois a dada altura é referido e bem, que exigem compromissos calendarizados mas, agora voltam a dizer que rejeitam os paliativos, exigem medidas estruturais e continuam a exigir aquilo que já perceberam que não funcionou por esta via, e o que está aqui proposto é um caminho, com o qual estão em profundo desacordo, porque são medidas que visam proibir, constranger, limitar, aquilo que é o exercício da profissão médica. -----

-----Assim e quanto à questão das vagas, já perceberam que não é o problema, porque quando existiram, os médicos também não quiseram aqui ficar. Não lhes parece que seja por via da proibição, do constrangimento e da limitação, que este problema se resolve e não só têm que ser mais bem remunerados, como não devem pagar impostos absolutamente escandalosos como os que pagam porque o resultado é precisamente procurarem outras saídas. -----

-----Também estão absolutamente em desacordo que se constranja, num país democrático a possibilidade de as pessoas exercerem funções em mais do que um local, nomeadamente entre o privado e o público e até que esta distinção que se procura aprofundar entre o privado e o público também vai dificultar a resolução deste problema.-----

-----Relativamente à questão dos três cursos de medicina que já têm dado tanta polémica, pensa que ninguém quer médicos de 1.^a e de 2.^a porque então precisam de saber quem é que vai ser

atendido pelos médicos de segunda. Desta forma e sem se perceber melhor esta ideia, que agora surgiu do ministro do Ensino Superior e que está a ser muito contestada por todos os lados a seu ver bem, não lhe parece que possam achar que isto vai resolver o problema -----

-----Nesta sequência, disse que a formação em medicina geral e familiar deve ser tão ou mais exigente que a formação noutra especialidade qualquer, até pelo papel fundamental de diagnóstico e de encaminhamento que estes médicos têm.-----

-----Considera que estas medidas, só vão continuar a empurrar os jovens médicos para fora de Portugal e também laboram num outro erro de raciocínio, ao acharem que por o Estado lhes estar a dar imenso durante a sua especialidade, são uns ingratos que se vão embora, mas quem lida com jovens médicos que estão a fazer o internato percebe bem a vida que têm, a camisola e as camisolas que vestem, e o trabalho hercúleo que fizeram durante a pandemia. São jovens médicos que até pela sua energia e pela idade que têm dão muitíssimo aos serviços onde estão e pensa que ninguém lhes fica a dever nada, na medida em que desempenham um papel fundamental importantíssimo e é preciso remunerá-los adequadamente.-----

-----Fez notar que estavam a falar dos médicos, mas esta é a razão pelo qual saem do país jovens de outras profissões e não vão a lado nenhum a escamotear objetivamente esta questão.-----

-----A *deputada municipal Susana Neves* disse que a moção em apreço se traduz numa única palavra “vida”, a vida do ser humano e a vida de cada torriense que lhe é muito querida e pelo qual encetaram denúncia da falta de médicos de medicina geral e familiar junto dos titulares governamentais e que fizeram imensas reuniões com a administração local de saúde e com o ACES, por previsível prognóstico de ficarem momentaneamente sem médico de família, ora por motivos de reforma, ora por licenças de maternidade e afins. -----

-----Anotou que há dois dias atrás o bastonário da Ordem dos Médicos, informou que estão a viver a menor lista de espera para cirurgias, a mais baixa dos últimos 2 anos. Esta lista indica que as consultas de medicina familiar não são nem uma prática regular nem uma prática presencial, porque não há suficientes médicos de família, logo não há suficientes consultas, logo não há novos e antecipados diagnósticos clínicos, logo não há acompanhamento e prevenção da doença, não há resposta ao agravamento de doenças crónicas e tudo isto traduz-se efetivamente no não acesso ao medicamento ou a um exame complementar de diagnóstico a tempo e a horas.-----

-----Acrescentou que muitos torrienses não têm capacidade para recorrer ao médico privado e optam claramente por falhar nos seus cuidados de saúde não sendo este um problema que se resolva pagando estadias a médicos. -----

-----Reforçou que não é efetivamente um problema só do concelho de Torres Vedras. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* que fez questão de agradecer a intervenção da colega Susana Neves pela fantástica crítica incisiva, bem elaborada e extremamente fundamentada

daquilo que têm sido as políticas deste governo nas questões da saúde. Também agradeceu a forma sublime com que fez uma verdadeira radiografia das causas que disse bem, não são só da autarquia torriense, são de todas, neste “pobre país” em questões da saúde. -----

---- Lembrou que há cerca de 2 anos o CDS/PP apresentou uma moção sobre os transportes, que o PS chumbou alegando que era uma moção vaga e que não trazia nenhum contributo nem medidas esclarecedoras para um caminho orientador, para assinalar que a moção em discussão é um pouco assim, ou seja, fala em muita coisa, mas depois é vaga e não apresenta um caminho.---

---- Nesta sequência, indicou que todos se revêm quando reclamam a prestação imediata de cuidados de saúde primários que fazem falta a muitos cidadãos do município, mas como não é apontado nenhum caminho, esta moção vem na tentativa de sacudir responsabilidades em período pré-eleitoral, sem acrescentar nada para pôr cobro às necessidades dos cuidados de saúde do concelho. -----

---- Pediu de seguida a palavra o *deputado municipal António Carneiro* que, em resposta ao colega que o antecedeu, afirmou que quando a moção fala em melhor remuneração dos médicos, não é uma coisa vaga, e também versa uma serie de objetivos, nomeadamente, goste-se ou não, é um objetivo que não possa haver acumulação. -----

---- Anotou que no dia 13 terá lugar uma cerimónia pública para o lançamento do ano letivo do primeiro curso de medicina privado na Universidade Católica, mas não viu ninguém criticar ou protestar por haver um curso na privada, mas viu muitas críticas quando o ministro abriu a possibilidade de haver mais cursos de medicina, a seu ver, pressionado pelas universidades públicas para que isso aconteça, com vista a terem, desta forma, muitos estudantes estrangeiros, do qual estão hoje cada vez mais dependentes, nomeadamente dos PALOP. -----

---- Disse ainda que vendo o modo como funciona a medicina no país supostamente mais rico do mundo deviam dar muitas graças de não estar assim tão mal, o que não significa que não exijam mais. Considera premente haver mais médicos, que passa por pagar melhor para que não sejam atraídos para a privada e uma das lições que devem tirar da COVID-19 é perceberem que o sacrifício da classe médica, dos enfermeiros e de todos os auxiliares, merece um prémio e o prémio só pode ser esse e assim o governo tem que ir buscar dinheiro onde ele houver para lhes pagar melhor. -----

---- A *deputada municipal Paula Mota* assinalou o facto de viver na Carvoeira, uma freguesia do interior, que há anos que luta para ter um médico de família a tempo inteiro. -----

---- Assinalou ainda que nas freguesias rurais ainda existem muitos problemas em termos de deslocação sendo imperativo haver uma medicina de proximidade. -----

---- Aproveitou para dar os parabéns à Comissão de Saúde pois acha que foi muito importante ao trazer temas a debate. -----

-----Relativamente à questão da saúde, acha que o problema não reside só nos médicos, mas também têm que falar nos enfermeiros, nos assistentes e nos auxiliares, estes últimos muito mal pagos, muitos deles a recibo verde, sem terem direitos durante anos, mas também foram estes auxiliares que estiveram na linha da frente na COVID-19, sujeitos a levar a doença para sua casa e para as suas famílias e sem serem remunerados como deveriam ser.-----

-----Defendeu que tem que haver um respeito maior por todos os profissionais de saúde, porque funcionam em conjunto, todos são importantes e todos têm que ser valorizados. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* fez notar que a existência de 2 moções sobre este tema e sobre a falta de médicos de família, representa a consonância de todos na Assembleia Municipal relativamente a este problema e como nenhuma força política aqui representada encontra razões válidas para que isto aconteça, todos estão preocupados à procura de soluções, mas é na busca das soluções deste problema que radica as diferenças existentes entre eles.-----

-----Disse que ouviu a deputada municipal Rita Sammer mencionar médicos de 1.^a e de 2.^a não percebendo das suas palavras se estes médicos de 2.^a serão os médicos dos cursos que vão abrir e que em vez de entrar com nota de 18,4 valores entram com 18,3. Não percebe se é esta a razão de não se querer abrir mais vagas, nem abrir mais universidades.-----

-----Dizem que não há falta de médicos, há é médicos que ganham pouco, pelo que também não entende a razão de terem ficado quase 500 vagas por preencher, ou seja, se ficaram por preencher significa que não houve médicos para elas, então há falta de médicos.-----

-----A seu ver claramente este é o problema em Portugal e quando algum governo tenta encontrar uma solução para esse problema, abrindo novos cursos de medicina, a resposta das faculdades de medicina é voltar a fechar as portas ao aumento do número de vagas.-----

-----Também a Ordem dos Médicos é contra o aumento do número de vagas no curso de medicina. Assinalou ser estranho que na região de Lisboa e Vale do Tejo 1/3 das vagas para medicina geral e familiar tenham ficado por preencher, 459 médicos que ficaram por colocar, mas no norte do país foram ocupadas todas as vagas.-----

-----Reforçou que se trata de um problema estrutural para o qual têm que encontrar soluções estruturais e a moção do PS é claramente a resposta aos problemas estruturais apresentando quatro soluções que defendem muito confortavelmente.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse estar de acordo que o caminho seja remunerar melhor os médicos e também concorda que se abram mais cursos, referindo que devem explorar outros caminhos e tentar procurar novas soluções nunca encontradas.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* fez notar que não fez nenhuma referência ao facto de ser preciso haver formação de mais médicos, mas parece-lhe que tem que haver mais para dar resposta às necessidades das populações, tendo ficado satisfeita com a abertura na Universidade

Católica, cuja formação vai ser toda privada incluindo em meio hospitalar. -----

----Quando fez referência aos médicos de 1.^a e de 2.^o referiu-se à possibilidade de haver uma formação distinta e até de menor duração para os médicos de medicina geral e familiar-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos a favor, 4 abstenções e 7 votos contra, a moção em título.-----

----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues, Pedro Castelo João Pedro Gomes e Pedro Vaza, e contra Sérgio Jacinto, Rita Sammer, Nuno Henriques, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, Dina Almeida e Ana Fiéis.-----

MOÇÃO - INCENTIVOS PARA ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÉDICOS PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO ÂMBITO DA MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS:-----

----“Dados de julho de 2021, referentes ao ACES Oeste Sul, indicam que 20,7% dos utentes não têm médico de família. Um problema identificado há muito, com forte impacto na população, nomeadamente nos mais vulneráveis, continua sem resolução à vista, apesar das várias diligências que foram levadas a cabo pelos intervenientes locais junto do Governo e da Administração Regional.-----

----Considerando que:-----

----1-O grupo municipal do PSD, em 16-02-2017, no anterior mandato, submeteu à Assembleia Municipal uma moção em que se constatava que «nos últimos tempos se tem verificado um agravamento no acesso das populações a cuidados de saúde, nomeadamente através da interrupção do serviço de médico de família, designadamente, nas Freguesias de Carvoeira e Carmões (entretanto parcialmente solucionado), Ramalhal, A-dos-Cunhados e Maceira, bem como na antiga Freguesia de Matacães. A importância da figura do médico de família é por demais evidente, principalmente junto das populações mais idosas e desprotegidas, desempenhado um papel fundamental junto das populações, e por essa razão torna-se imperativo solucionar de vez este problema.» E solicitava uma «rápida resolução do problema junto do Ministério da Saúde». ---

----2-Os grupos municipais do PSD e do CDS, em 12-12-2017, no início do presente mandato, atentos ao problema que, à data, continuava sem solução, apresentaram uma moção, assente nos seguintes pressupostos: «Considerando que os municípios, para além de colaborarem com a administração central e exigirem desta a salvaguarda dos interesses das suas populações, devem assumir um papel interventivo e efetivo na procura e concretização das melhores soluções para os problemas dos seus municípios. Considerando que a fixação de médicos de medicina geral e familiar no concelho de Torres Vedras constitui um inequívoco interesse público. Considerando que é importante garantir a efetiva fixação de médicos de medicina geral e familiar no concelho de Torres Vedras, aquando da realização de concurso, no presente ano ou em anos

subsequentes», que visou solicitar ao Executivo Municipal que elaborasse um Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde Torres Vedras.-----

-----3-Em 03-04-2018, verificando-se que o Governo e o Ministério da Saúde não haviam dado resposta às necessidades do município no que se refere à abertura de vagas para Médicos de Medicina Geral e Familiar, pelo que se mantinha elevado o número de munícipes sem médico de família, o grupo municipal do PSD apresentou nova moção em que solicitava ao Executivo Municipal que elaborasse e pusesse em marcha um procedimento, urgente, transitório e extraordinário, que definisse a metodologia e a fixação de incentivos para atração de médicos dispostos a exercer funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Torres Vedras onde a carência, atendendo às características das populações, era mais premente.

-----Estas moções foram chumbadas pelo Partido Socialista, com o argumento que cabia o Ministério da Saúde a resolução do problema, com a necessária abertura de vagas nos concursos de Médicos de Medicina Geral e Familiar, e que não era da competência da autarquia atribuir incentivos para a atração e fixação dos médicos.-----

-----O problema persiste, portanto. O Partido Socialista continua a reclamar «ao Ministério da Saúde a adoção medidas excecionais que sirvam a prestação imediata de cuidados de saúde primários em falta a muitos cidadãos, na área deste Município.». Como a realidade demonstra, é pouco, é insuficiente, é ineficaz. As pessoas desesperam. Reagem. Correm, pelo menos, duas petições públicas: «Médicos de família para A dos Cunhados e Maceira», e «Médico de Família para Runa».Ao município não basta identificar o problema e reclamar pela sua resolução. Ao município exige-se que seja parte da solução.-----

-----Pelo exposto, e no sentido de garantir a atração e a efetiva fixação de médicos de medicina geral e familiar no concelho de Torres Vedras, na última reunião do mandato autárquico de 2017-2021, a 6 de setembro, as forças políticas que integram Assembleia Municipal de Torres Vedras assumem o compromisso de solicitar ao próximo executivo municipal que elabore um Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde Torres Vedras e que, desde logo, elabore e ponha em marcha um procedimento, urgente, transitório e extraordinário, que defina a metodologia e a fixação de incentivos para atração de médicos dispostos a exercer funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Torres Vedras onde a carência, atendendo às características das populações, seja mais premente.-----

-----Subscvem os grupos municipais do PSD e do CDS.”-----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões*, **Nuno Pinto** teceu algumas considerações sobre o assunto, e deu nota que apurou, em conversa com a médica de

Carmões que o problema não é a falta de dinheiro, mas a falta de médicos e na forma como trabalham os que existem, sem terem capacidade para mais. Não há incentivos que os ajude. -----

-----Relativamente ao objetivo da moção a *deputada municipal Rita Sammer*, disse que estão a apresentar uma forma extraordinária e urgente de resolver um problema. Outros municípios têm definido regulamentos para a fixação e atração dos médicos, pois já se percebeu que o problema não é a existência de vagas, que foram fixadas, mas os médicos não vêm cá porque têm outras ofertas e resolvem a vida doutras maneiras. -----

-----Pensa que o concelho de Torres Vedras tem imensas condições, sabem que a formação demora muito tempo, e assim têm que atrair aqueles que existem, pois crê que depois será mais fácil fixá-los.-----

-----Nesta fase, o que o PSD quer são medidas transitórias urgentes para resolverem o problema lembrando que o presidente Carlos Bernardes chegou a empenhar-se na questão de recrutar médicos e para o efeito até procurou a ajuda da Santa Casa da Misericórdia. -----

-----Pensa que está na altura de despirem um pouco esta camisola ideológica dado que precisam de dar uma resposta às populações, principalmente às pessoas mais vulneráveis porque os outros podem recorrer ao sistema privado, procurando de forma transitória e urgente uma solução e depois com calma pensar sobre o assunto, refletir sobre os resultados e eventualmente melhorar. -

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* deu nota que no último concurso, o Norte ocupou todas as vagas, mas em nenhum ACES havia incentivo financeiro e que têm um município limítrofe que anunciou esses incentivos, mas já chegou à conclusão que não serve.-----

-----O problema não está em Torres Vedras, não está na capacidade que o concelho tem de chamar a si os médicos, o problema está mesmo na falta de médicos e se calhar nas condições e é aí que devem apostar. Os órgãos da autarquia podem e devem ter uma palavra na melhoria dos Centros de Saúde, para que encontrem condições e estímulos para se vincularem ao concelho, porque não vale a pena dar dinheiro a quem não existe.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* lembrou que neste momento com a habitação cara, e um conjunto de circunstâncias difíceis para os jovens médicos, se lhes fosse dado incentivo nem que fosse para a renda, muitos médicos vão pensar em vir para Torres Vedras.-----

-----Não faz sentido o PS vir com a sua moção dar sugestões ao governo do próprio partido, e também não são eles que vão aqui fazer doutrina. -----

-----Explicou que no Norte ficam médicos, porque a maioria das faculdades estão de Coimbra para cima, e também tem a ver com a origem geográfica dos médicos, que querem estar mais próximos das suas localizações. -----

-----Pelo exposto, não percebe a razão de se tentar e se não der não deu. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* anotou que se trata de saber o que podem fazer para os

médicos se fixarem.-----

----Nesta sequência referiu que o valor do orçamento do município em 4 anos é aproximadamente 240 milhões de euros e poderiam alocar 1% desse valor a esta questão de incentivos, ou seja 50 euros mil por mês. -----

----Acha que não há nenhum mal em experimentar caminhos diferentes, mas a questão reside em saber como vão convencer o PS a seguir este caminho.-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* anotou que sendo Torres Vedras um município próximo de Lisboa e padecendo de alguns dos problemas que a capital tem, como seja a falta de habitação, e aquela que existe é a preços elevados, uma compensação, um incentivo para um médico que se queira fixar será seguramente importante para que o mesmo venha para cá. Não deixa de ser estranho que tão próximo da capital, com 3 grandes unidades privadas de referência, uma delas, de nível internacional, fixadas no concelho, já para não falar nas inúmeras que existem de dimensão mais reduzida, tenham problemas com a fixação dos médicos. -----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 25 votos contra e 14 votos a favor não aprovar a moção em título.-----

----Anota-se que votaram a favor Paula Mota, João Paulo Lourenço, João Rodrigues, Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Natalina Luís, Rita Sammer, Nuno Henriques, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldes, Dina Almeida e Ana Fiéis e Pedro Vaza. -----

3 - P. N.º 21/AM/2021 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

----Presente informação em título datada de 2/09/2021, reportada ao período entre a 22/06/2021 a 31/08/2021 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 7.678.752,02 e € 957.858,87 de dívidas a fornecedores.-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, iniciou a discussão deste ponto para questionar sobre os dois protocolos celebrados com o CHO, concretamente a remodelação da urgência que urge e poderá ser também motivo de fixação para os profissionais de saúde, concretamente os médicos, assim como a instalação de uma escola de saúde do IPL, que também irá ajudar. -----

----Abordou a questão da recolha de RSU para lembrar que já em anteriores intervenções tinha solicitado que os números fossem disponibilizados numa tabela comparativa, de modo a que pudessem ver a sua evolução.-----

----Saudou a assinatura de protocolos de colaboração com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro e Santiago e com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras para a reabilitação e conservação de património religioso, no sentido de assinalar que era importante não só reabilitar, mas depois tentar que este património fique preservado e também e que as aves que por lá andam não contribuam para a sua degradação. -----

-----Lembrou que o antecessor do edil, pouco antes de falecer, tinha-se empenhado pessoalmente em conseguir que os expressos que cruzam a A8 e o Município a fazer escala na cidade e no concelho de Torres Vedras, fazendo-lhe hoje um convite para a continuidade a esse trabalho para que seja uma realidade proximamente.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se ao Anexo II, da informação disponibilizada que respeita à listagem de processos judiciais em tramitação nos tribunais administrativos e comuns, na qual três casos lhe suscitaram alguma celeuma e curiosidade referindo-se concretamente a contratos de trabalho em que o município é o reu, questionando se é normal. -----

-----A *deputada municipal Dina Almeida* lembrou que na última assembleia questionou a edil sobre a individualização dos custos de COVID-19, tendo a resposta sido no sentido de que lhe seria enviada, mas nada recebeu até à data, reforçando agora o seu pedido. -----

-----A propósito da Onda de Verão 2021 em Santa Cruz, e pelo facto de já se ter falado nas necessidades dos jovens depois de tantas restrições, deu nota que foram realizadas algumas atividades de rua, mas não tão atrativas como as que poderiam ter sido realizadas. -----

-----Assinalou que Santa Cruz está de facto com muito mais movimento o que também não foi alheio o clima ter sido melhor do que o habitual e no seu entender está na altura de olhar esta localidade como um ponto turístico, com mais atrações, mais divertimentos e mais atividades para que quem os visita e para ali passa o verão. -----

-----Por último questionou o ponto de situação do edifício ao lado do Mercado Municipal agora que já se passaram 4 anos. -----

-----A *presidente da Câmara*, sobre a remodelação da urgência do hospital informou que está a decorrer sob da responsabilidade do CHO o processo concursal, tendo a autarquia disponibilizado técnicos para integrar o júri, mas tem a informação, por parte da administração, que não pretendem fazer obras durante o período mais delicado da COVID-19.-----

-----Sobre o Polo da Escola Superior de Saúde do IPL, deu nota que o mesmo não funcionará como foi anunciado nas antigas instalações dos SMAS, cuja remodelação não se iniciou, mas já tem projeto que terá possibilidade de ser candidatado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em parceria com o IPL com a vantagem de ter financiamento praticamente a 100% o que a satisfaz pois este atraso prende-se com o facto de ser mais oneroso do que o previsto inicialmente. Por se tratar de uma escola obrigou a que todas as questões estruturais do edifício fossem repensadas e o reforço na estrutura implicou valores substancialmente maiores.-----

-----Deu nota ainda que neste ano letivo já terão cursos a lecionar nas instalações do Lab Center e na antiga Clínica de S. Gonçalo com 4 cursos: secretariado clínico, estética e cosmética, alimentação saudável e uma pós-graduação em enfermagem do trabalho, esperando no próximo ano ter novidades a este nível.-----

-----Agradeceu o repto quanto às escalas do Expresso e irá inteirar-se do ponto de situação. -----

-----De seguida informou que a ponte da Urbanização da Infesta será intervencionada logo a seguir às escolas que estão a ser preparadas para o próximo ano letivo. -----

-----Sobre a questão dos casos judiciais, disse que enviaria informação jurídica mais detalhada através da Mesa da Assembleia e que a informação sobre a individualização dos custos COVID-19 já está mais detalhada na prestação de contas intercalar. -----

-----Explicou também que a Onda de Verão para este ano era difícil de programar, na medida em que teve que ser feita com alguma antecedência, pois poderia haver eventos que agregassem mais pessoas o que era pernicioso para a fase pandémica que vivem. Nesse propósito foi numa situação de equilíbrio que se conseguiu realizar algumas atividades, sendo exemplo disso o “Static - Festival de Estátuas Vivas” organizado com mil cuidados e mais alguma animação bem sucedida. -----

-----Concorda com o referido pela deputada, assegurando que Santa Cruz tem atraído cada vez mais pessoas, muitos estrangeiros e gente com um nível cultural diferente, o que será tido em consideração no incremento dessa vertente turística.-----

-----Quanto ao edifício ao lado do mercado, persiste a informação de junho, havendo uma empresa com interesse em dar continuidade, mas o projeto de alterações ainda não deu entrada na Câmara Municipal. -----

-----Aproveitou esta sua intervenção para salientar que no dia 6 de agosto foi inaugurado o Museu Joaquim Agostinho, antes do arranque da primeira etapa da 82.ª edição da Volta a Portugal em Bicicleta que teve início junto ao museu, o qual está a ser muito visitado, teve um total de 1300 visitantes no mês de agosto e obteve apreciações muito positivas em relação ao material expositivo e funcionamento. -----

-----O **Presidente da Mesa** interveio no sentido de dar nota que o Professor Eduardo Marçal Grilo, antigo ministro da educação, presidente do Conselho Consultivo do Museu e amante do ciclismo pronunciou-se em termos muito elogiosos, considerando-o a nível nacional pelo que o município está de parabéns. -----

-----Ainda sobre a exposição em apreço, o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* salientou que estão em obra os centros educativos do Ramalhal, Turcifal e Póvoa de Penafirme e está em obra a pavimentação em diversas estradas e arruamentos do concelho certamente devido ao período eleitoral que se aproxima. -----

-----Nesta senda, lamentou que andem desde 2009 a falar do mesmo e vão passar 4 campanhas eleitorais e 4 mandatos sem terem todos os centros educativos prontos, o que para ele é curto. ----

-----Sendo esta a última sessão deste mandato, disse que gostaria de evidenciar os investimentos, em S. Pedro da Cadeira a escola básica e a zona verde, na cidade a praça 25 de Abril, o CAC e o

Museu Joaquim Agostinho, assim como alguma recuperação da Praia Azul e alcatroamento.-----

-----De qualquer forma lembrou que 40% dos orçamentos da Câmara Municipal que nestes 4 anos totalizaram € 240.000.000,00 derivaram diretamente dos bolsos dos munícipes torrienses, IMI, IMT, IUC e todas as taxas e licenças, o que não desvalorizando as obras que elencou acha que é pouco para um mandato e como não podem só culpar a pandemia terão de ser os munícipes a avaliar este Executivo nas próximas eleições. Este é o espírito democrático que se espera, ou seja, que o povo exerça o seu voto para dizer o que quer. -----

-----A propósito da inauguração do Museu Joaquim Agostinho o *deputado municipal António Carneiro* deu nota que a leitura dos painéis informativos que estão colocados na A8 é quase impossível e que a palavra “Torres Vedras” mal se vê, sugerindo que o tamanho das letras fosse aumentado. -----

-----A **presidente da Câmara** em resposta ao deputado municipal Luis Carlos Lopes afirmou que tiveram um mandato com imensas obras, e tem pena que o parque escolar não tenha avançado mais, mas têm que ter presente que se registou um grande aumento do custo das obras em relação ao previsto. Contudo tem a certeza que as obras realizadas melhoram em muito o concelho porque de acordo com os censos e ao contrário da generalidade do país, a população aumentou 4,6%, o que significa que as pessoas querem vir para cá, independentemente das obras que são realizadas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

3.1 - P. N.º 22/AM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2017): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 4264 de 25/06/2021:-----

-----1 - Processo de Obras OP 3973/1979 - Requerimento OP 4478/2020 – Luís Miguel Gomes dos Santos – parcela de terreno, situada na Rua Cesário, na localidade de Coutada, com a área de 4,80m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 447 da freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na matriz com o n.º 589 Urbano, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área total de 591,75m², para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 24,00, valor arredondado nos termos do CIMI para € 30,00. -----

-----2 - Processo de Obras CT 400/2021 - Requerimento CT 2994/2021 – João Luís Saldanha da Silva – parcela de terreno, situada na Rua da Estrela, 1, em Turcifal, com a área de 78,80m², a

retirar do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3992 da freguesia de Turcifal, e descrito na matriz rústica, sob o n.º 41 da Secção M e sob o artigo urbano 2585, da Freguesia de Turcifal, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 394,00, valor arredondado nos termos do CIMI para € 400,00.-----

-----3 - Processo de Obras ED/132/2021 - Requerimento ED/1688/2021 – Vítor Luís Franco Miranda - parcela de terreno, situada na Rua do Sobreiro, em fonte Grada, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 184,30m² a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 816, da freguesia de S. Pedro e Santiago, Santa Maria e S. Miguel e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3386, da freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel) à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 921,50, para alargamento da via pública, valor arredondado nos termos do CIMI para € 930,00.-----

-----4 – Processo de Obras OP/169/2001 - Requerimento ED/1113/2021 – Arnaldo João Henriques Dos Santos parcela de terreno, situada na Rua Principal, n.º 16, em Castelhana, freguesia de Freiria, com a área de 132,00m² a retirar do prédio urbano, inscrito na matriz sob o n.º 2051, da freguesia da Freiria e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1900, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 660,00, para requalificação da via pública.-----

5 - Processo de Obras ED 665/2020 - Requerimento ED 8348/2020 – Cláudia Antunes Gomes – parcela de terreno, situada na Rua da Bela Vista, na localidade de Boavista, com a área de 81,40m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8920 da Freguesia de A-dos-Cunhados, e descrito na matriz com o n.º 51 Rústico “HH”, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área total de 6.082,40m², para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 407,00, valor arredondado nos termos do CIMI para € 410,00.-----

-----6 – Processo de Obras ED/667/2020 - Requerimento ED/8370/2020 – Ana Paula dos Santos Gonçalves parcela de terreno, situada em Casal da Fonte, Bonabal, freguesia de Ventosa, com a área de 42,95,00m² a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz sob o n.º 5437 Urbana “P”, da freguesia da Freiria e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2572, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 214,75, para requalificação da via pública, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 215,00.

-----7- Processo de Obras CT /631/2021 - Requerimento CT /5018/2021 – Município de Torres Vedras, afetação ao domínio público municipal por se destinar a arruamentos públicos, de uma parcela de terreno sita em Ramalhal, freguesia do Ramalhal com a área de 5.730,40 m², a retirar

do prédio rustico inscrito na matriz sob o art.º 114 da secção Q da freguesia do Ramalhal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 443 da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de €5,00/m² o que perfaz o total de € 28.625,00. -----

-----Ofício número 4598 de 09/07/2021:-----

-----1 - Processo de Obras OP/4/2016 - Requerimento OP/1914/2019 – António Augusto Bernardes Lopes - parcela de terreno, situada na Rua José Brás Ferreira, em Olheiros, com a área de 744,00m² a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6029, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz sob o n.º 14, da secção T, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 3.720,00, para alargamento da via pública. -----

-----2- Processo de Obras ED/131/2021 – Requerimento ED/1676/2021 – Paulo Jorge Ribeiro Craveiro – parcela de terreno, situada em Casal das Fontainhas, em Casal do Grileiro, freguesia de Freiria com a área de 385,00m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 970 e inscrito na matriz sob o artigo 13.º, secção P, da freguesia de Freiria, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.925,00, para requalificação da via pública, arredondado para € 1.930,00, nos termos do CIMI.-----

-----3 - Processo de obras ED/49/2021 – Requerimento ED/795/2021 – Ana Cristina dos Santos Rodrigues Di Giusto – parcela de terreno situada na Rua da Sede – Caixeiros – Freguesia de Silveira, com a área de 52,33m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8390, da Freguesia de Silveira, e descrito na matriz com o n.º 9411, para beneficiação da via, considerando-se um custo unitário de 5,00€, o que perfaz um valor total de € 261,65, arredondada para € 270,00, nos termos do CIMI.-----

-----4 - Processo de obras ED/45/2021 - Requerimento ED/726/2021 – Metal – Carvalho Conrado, Lda. – parcelas de terreno, situadas em Moléstias – Zona Industrial da Paúl – Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 5.180m², assim distribuídas:-----

-----Cedência de 450m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 5949, da freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3676, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 2.250,00; -----

-----Cedência de 360m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 5950, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3677, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor

total, arredondado à dezena, de € 1.800,00; -----

----Cedência de 150m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 5951, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3678, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 750,00; -----

----Cedência de 115m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 5952, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob n.º 3680, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 580,00; -----

----Cedência de 95m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 5953, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3679, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 480,00; -----

----Cedência de 1.695m², a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 32º, secção C, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3673, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 8.480,00; -----

----Cedência de 100m², que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 42º, secção C, da freguesia de S. Pedro e Santiago, Santa Maria e S. Miguel e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob n.º 3674, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 500,00; -----

----Cedência de 430m², a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 430, secção C, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1826, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor a parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total, arredondado à dezena, de € 2,150,00; -----

----Cedência de 1.785m², a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 67º, secção C, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3811, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago). Para efeitos de atribuição de valor parcela de terreno, considera-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz

um valor total, arredondado à dezena, de € 8.930,00. -----

-----5 - Processo de obras 01/7895/1996 – Requerimento 01/8421/2020 – João Carlos Brasil Maurício e outra – parcela de terreno, situada na Rua do Concelho, 19 – Figueiredo – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 44,20m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 784, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o n.º 5715 da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 221,00, para requalificação da via pública, arredondado para € 230,00, nos termos do CIMI. -----

-----Ofício número 4925 de 23/07/2021:-----

-----1 - Processo de obras ED/157/2021 – Requerimento ED/1926/2021 – Vítor Manuel Carmo de Melo – parcela de terreno, situada na Rua do Cabeçinho – Fração B – n.º 6 – Secarias – Freguesia de Silveira, com a área de 26,25m², a retira do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3587, e inscrito na matriz com o n.º 5750, da Freguesia de Silveira, para beneficiação da via, considerando-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 131,25, arredondada para € 132,00, nos termos do CIMI. -----

-----2 - Processo de obras ED/716/2020 – Requerimento ED/9079/2020 – Percentagem Fundamental – Unipessoal, Lda. – parcela te terreno, situada na Rua da Boavista – Bemposta – Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 91,73m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1797, da Freguesia de Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 2723.º da referida freguesia, para beneficiação da via, considerando-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 458,65, arredondada para € 460,00, nos termos do CIMI. -----

-----3 - Processo de obras ED/123/2021 – Requerimento ED/1623/2021 – André Ricardo Santos Bernardes – parcela de terreno, situada na Rua de Santo António n.º 11 – Casal de Santo António – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 40,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5368, da Freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz sob o artigo 6.º da União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para beneficiação da via, considerando-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 200,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/606/2020 – Requerimento ED/565/2021 – Julieta Paula Moitinho da Silva – parcela de terreno, situada na Rua da Fonte – Furadouro – União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 28,30m² para alargamento da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1960, da Freguesia de Dois Portos, e inscrito na matriz sob o n.º 2446 da freguesia de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 141,50,

arredondada para € 150,00, nos termos do CIMI.-----

-----5 - Processo de obras ED/614/2020 – Requerimento ED/7773/2020 – Jorge Manuel dos Santos Martins - parcela de terreno, situada na Travessa do Rolo, 4 – Fonte Grada – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 222,55m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2263, da Freguesia de Ponte do Rol e descrito na matriz com o n.º 9600 da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, para beneficiação da via, considerando-se um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.112,75, arredondado para € 1.120,00, nos termos do CIMI.-----

-----6 - Processo de obras - ED /190/2021 - ED /2375/2021 - André Filipe Claro Mota – parcela de terreno, situada na Rua da Calçadinha – Benfica - Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 9,65m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1733, da Freguesia de Ponte do Rol, e descrito na matriz com o n.º 86 Rústico [L] com 3840m², à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 48,25, arredondado para € 50,00, nos termos do CIMI. -----

-----Ofício número 5049 de 30/07/2021:-----

-----Processo de obras OP/16/2018 Requerimento: OP/2236/2021 - Carlos José Guido Mendes – parcela de terreno, situada em Trás-dos-Muros – Runa - União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 96,30m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 636, da Freguesia de Runa, com 3840m², e inscrito na matriz sob o art.º 1 da secção E da União de freguesias de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 481,50, arredondado € 490,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, devendo a mesma ficar dependente de distrate de hipoteca registada sob a AP 222 de 2020/03/30.-----

-----Ofício número 5578 de 26/08/2021:-----

-----1 - Processo CT 719/2021 - Requerimento CT 5721/2021 – Álvaro dos Santos – Parcela de terreno, situada na Rua da Pastorícia, 7, em Boavista, Freguesia de Silveira, com a área de 8,00m², a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3439, da Freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o artigo 5257, da referida freguesia com a área de 940,00m², para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 40,00.-----

-----2 - Processo CT 524/2021 - Requerimento CT 4110/2021 – Francisco Manuel Costa Fernandes – Parcela de terreno sito em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para requalificação da via pública, com a área total de 138,50m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7935, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta) e participado na respetiva matriz sob o artigo 5713,

da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para beneficiação da via pública, distribuídos pelas seguintes parcelas: Parcela com 79,40m² - Avenida 5 de Outubro e Parcela 59,10m² - Rua 1.º de Dezembro; Foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 692,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 700,00. -----

-----3 - Processo CT 372/2021 - Requerimento CT 5877/2021 – Cristina Maria Agapito Antunes Ferreira Franco – Parcela de terreno, para requalificação da via pública, situada em Bombardeira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 230,00m², a retirar do Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7650, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 47, Secção “QQ”, da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.150,00. -----

-----4 - Processo CT 733/2021 - Requerimento CT 5878/2021 – João Paulo Esteves Nunes – Parcelas de terreno, situadas no Casal da Cruz, Freguesia de Ventosa, com a área total de 874,40m², a retirar do Prédio Urbano, com 17.280,00m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4107, da Freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 5400 da Freguesia de Ventosa, para beneficiação da via pública, distribuídos pelas seguintes parcelas: Parcela 1 - com 454,40m² e Parcela 2 – com 420,00m². Foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 4.372,00, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 4.380,00. -----

-----5 - Processo CT 780/2021 - Requerimento CT 6212/2021 – António José Matias Rodrigues Calado – Parcela de terreno, situada na Rua 8 de Setembro, em Casalinhos de Alfaiata, Freguesia de Silveira, com a área de 195,00m², a retirar do Prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5698, da Freguesia de Silveira e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 8010, da referida freguesia, para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 975,00, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 980,00. -----

-----6 - Processo de obras ED 47/2021 - Requerimento ED 757/2021 - Bugavet - Produção Animal, Unipessoal, Lda. - Duas parcelas de terreno, para alargamento das vias públicas envolventes, com a área total de 583,13m², a retirar dos Prédios Urbanos, descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com os n.ºs 1425 e 1426, da Freguesia de Silveira e inscritos na matriz sob os artigos 146 e 147 da Secção E, da Freguesia de Silveira, distribuídas do seguinte modo: Parcela com 413,17m², (artigo 146) e Parcela com 169,96m², (artigo 147). Foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.065,85 e € 849,80, valores arredondados nos termos do CIMI, para € 2.070,00 e € 850,00, totalizando € 2.920,00. -----

-----7 - Processo de Obras ED 193/2021 - Requerimento ED 2455/2021 - Gravity Perspective

Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda. - Parcela para beneficiação da via pública com a área de 445,00 m², que serão retirados do prédio urbano, com a área total 3.200m² descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3813, da freguesia de Campelos e inscrito na matriz sob o artigo 1032º, da União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.225,00, valor este arredondado para € 2.230,00, nos termos do CIMI. -----

-----8 - Processo de Obras ED 378/2021 - Requerimento ED 4736/2021 - Nuno Alexandre Guilherme Ramos e Outra - Duas parcelas de terreno para requalificação das vias públicas envolventes, com a área total de 50,05m² (24,75m² + 25,25m²), a retirar dos Prédios Rústicos, descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com os n.ºs 8419 e 3582, da Freguesia de Silveira e inscritos na matriz sob os artigos 55º e 56º da Secção Y, da Freguesia de Silveira, distribuídas do seguinte modo: Parcela com 24,75m², (artigo 55º) e Parcela com 25,25m², (artigo 56º) as quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor de € 123,75 e € 126,25, valores estes arredondados nos termos do CIMI, passando os valores a ser de € 130,00 cada parcela, totalizando € 260,00. -----

-----9 - Processo de Obras ED 365/2021 - Requerimento ED 4577/2021 - Rui Manuel da Costa Machado – Parcela para requalificação da via pública com a área de 28,00 m², que serão retirados do prédio urbano, com a área total 2.370,00m² descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 9456, da freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz sob o artigo 6884, da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 140,00.-----

-----10 - Processo de Obras ED 298/2021 - Requerimento ED 3858/2021 - Correia Construções, Lda. – Parcela de terreno para requalificação da via pública com a área de 71,00 m², que serão retirados do prédio urbano, com a área total 1.065,00m² descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3772, da freguesia de Ramalhal e inscrito na matriz sob o artigo 3625, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 355,00, valor este arredondado para € 360,00, nos termos do CIMI. -----

-----11 - Processo de Obras ED 557/2020 - Requerimento ED 6955/2020 - Ramiro Pedro e Filhos Lda. – Parcela de terreno para requalificação da via pública com a área total com 960,25 m² descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3545, da freguesia de São Pedro da Cadeira e descrito na matriz sob o artigo, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 306,00, valor este arredondado para € 310,00, nos termos do CIMI. -----

3.2- P. n.º 23/AM/2021 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoio pela câmara na sua reunião de 27/07/2021: -----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - obras no Museu Etnográfico e para arrecadação da Junta de Freguesia, no montante de € 18.000,00-----

-----União de Freguesias de Carvoeira e Carmões - contratação de psicóloga, no montante de € 10.000,00-----

-----União de Freguesias de Dois Portos e Runa - aquisição de materiais, no montante de € 7.500,00.-----

-----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - obras no espaço de enoturismo na adega do Maxial e no parque de Vila Seca, no montante de € 20.000,00-----

-----Freguesia de Ponte do Rol - aquisição de viatura, no montante de € 12.500,00 e aluguer operacional de uma viatura pelo prazo de 36 meses, para transporte de crianças em veículos ligeiros de 9 lugares, assim distribuídos: 2021: € 5.190,60, 2022: € 10.381,20, 2023: € 10.381,20 e 2024: € 5.190,60. -----

-----Freguesia de Turcifal - aquisição de equipamentos para parque infantil, no montante de € 6.400,00.-----

-----Reunião de 24/08/2021:-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - obras de recuperação de Moinho (€ 6.700,00) e para melhoramentos na Escola 4G (€ 12. 500,00) Total: € 19.200,00.-----

-----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - Terapia da Fala (€ 5.000,00) e para aluguer de Máquina para arranjo de caminhos (€ 5.000,00) Total: € 10.000,00. -----

-----Freguesia de Ponte do Rol - Casa dos Sabores (€ 8.450,00) e para aquisição de materiais (€ 5.000,00) Total: € 13.450,00. -----

-----Freguesia de Freiria - aquisição de terreno junto ao cemitério para estaleiro - Valor: € 20.000,00. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Tendo-se chegado à hora regimental para encerramento da reunião e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos os quais continuariam no dia 7 de setembro às 21.00h, conforme convocatória e edital devidamente publicitado. -----

AO SÉTIMO DIA DO MÊS DE SETEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2021:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido

secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, , Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinho, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomás, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, e João Paulo Martins Lourenço.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, Maria João Pinto Correia, Cláudia Horta Ferreira e Nelson Alexandre Gomes Pereira.-----

3 - P. N.º 21/AM/2021 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – CONTINUAÇÃO:-----

-----A *deputada Municipal Susana Neves*, reportou-se à informação em discussão, ponto 8 – Desenvolvimento Social, que na sua alínea c) refere a abertura do Centro de Atendimento Social Integrado (CASI), para fazer um enorme elogio a este centro, pois continua a ver o município a fazer muito trabalho que é da competência da Segurança Social, o que é louvável.-----

-----Estando prevista a transferência de competências em matéria de ação social e da segurança social para o próximo mês de março questionou se integrada nesta transferência este centro irá assumir as futuras equipas de gestão do rendimento social de inserção e também outras equipas como a RLIS (equipas de locais de intervenção social) que já existem e estão subdivididas pelo interior.-----

-----Sendo o concelho um todo, mas tendo as freguesias muitas particularidades, sugeriu que o CASI, embora com sede em Torres Vedras pudesse ter uma intervenção de gabinete móvel deslocando-se às juntas de freguesias para fazer atendimentos sociais de proximidade à respetiva

população. -----
----Por último salientou a aprovação do novo programa de Emergência Alimentar, Habitacional e Social, integrado no pacote de medidas de apoio às famílias face ao impacto da doença COVID-19, com € 88.000,00 de apoio, para felicitar o facto de este programa, tendo sido criado para resolver uma situação de emergência no âmbito do COVID-19, ter passado a ser uma resposta com caráter mais regular e questionou se passará a ser uma medida de apoio social permanente.-
----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou sobre o número de visitantes do CAC no mês de agosto.-----
----A **presidente da Câmara** agradeceu o elogio da deputada Susana Neves sobre a instalação do CASI que pretende ser uma resposta de proximidade com uma nova abordagem ao acompanhamento de natureza social, com integração de serviços e simultaneamente com uma dignificação do espaço de acolhimento, que terá impacto nas pessoas mais vulneráveis. -----
----Confirmou que vão acolher a transferência de competências onde está incluído o RSI (Rendimento Social de Inserção), mas o RLIS (Rede Local de Intervenção Social) não está definido nesta altura. -----
----Agradeceu também a sugestão do gabinete móvel, que desde logo significaria a necessidade de mais recursos humanos, não tendo a certeza, neste momento, da sua exequibilidade, mas concordando que nalgumas situações seria importante. -----
----Confirmou também que programa de Emergência Alimentar, Habitacional e Social será para manter enquanto entenderem que faz sentido na comunidade. -----
----Por último informou que durante o mês de agosto foram 521 os visitantes do Centro de Artes e Criatividade. -----
----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4 - P. N.º 44/CM/2021 - PROPOSTA DE 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -----

----Presente ofício número 5574, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de agosto último a remeter, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 24/08/2021 a proposta em título, que se refere à criação dos seguintes postos de trabalho que visam contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: Criação de 25 postos de trabalho na carreira de Assistente Operacional no Departamento de Educação e Atividade Física – Divisão de Educação – Área de Gestão e Planeamento da Rede Escolar; Retificação o requisito habilitacional do posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior na Divisão de Desenvolvimento Social – Área de Juventude, aprovado na segunda alteração ao mapa de 2021; e complementar com o requisito habilitacional o posto de trabalho respeitante ao cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo, de acordo com o definido no quadro

anexo à informação n.º 197/2021 da área de gestão de recursos humanos – processo que faz parte integrante do mesmo.-----

-----Para fazer uma breve introdução da alteração em causa, foi dada a palavra à **presidente da Câmara**, que assinalou que os 25 posto de trabalho a criar na carreira de Assistente Operacional no Departamento de Educação e Atividade Física – Divisão de Educação – Área de Gestão e Planeamento da Rede Escolar, resultaram da transferência de competências para o município nesta área, onde se verifica muita rotatividade de funcionários, devido a baixas, mobilidade e aposentações, e o concurso visa suprir estas insuficiências, para além de assim poderem cumprir com os rácios de colocação de assistentes operacionais nas escolas por parte do Ministério de Educação, que foram alterados.-----

-----A **deputada municipal Rita Sammer** interveio para manifestar a concordância do Grupo Municipal do PSD com a criação dos postos de trabalho em causa, mas também para questionar se os 19 lugares do quadro ocupados por recursos humanos, que não prestam serviço em Torres Vedras se extinguem quando vagarem e se os requisitos habilitacionais definidos para os dois postos de trabalho a alterar não colocam constrangimentos-----

-----O **deputado municipal Luís Carlos Lopes**, manifestou a sua surpresa por ter tido conhecimento de que foi publicado no Diário da Republica a nomeação por 3 anos de um alto funcionário da autarquia com efeitos a partir de 24 de novembro deste ano, ou seja, já no próximo mandato, o que a seu ver foi inusitado.-----

-----Sobre a questão dos requisitos habilitacionais a **presidente da Câmara** esclareceu que os mesmos resultaram de critérios indicados pelas respetivas divisões.-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, na sua atual redação, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a proposta de 3.ª alteração ao mapa de pessoal de 2021 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais Rita Sammer e Sérgio Jacinto.-----

5 - P. N.º 45/CM/2021 - APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2020:-----

-----Presente ofício número 4982, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 27/07/2021, a remeter os documentos em título, de acordo com a deliberação tomada pelo Executivo em 20/07/2021.-----

-----A **presidente de Câmara** deu nota que se trata de apreciar o somatório das contas de 2020 do grupo público municipal de Torres Vedras (Câmara Municipal, SMAS e Promotorres) que já foram apresentadas e debatidas anteriormente na Assembleia Municipal.-----

-----O **deputado municipal Luís Carlos Lopes** disse que de facto trata-se de um culminar do que

falaram anteriormente das prestações de contas que discutiram em abril, ao que adicionaram as contas da empresa municipal Promotorres, EM que faz parte do grupo autárquico municipal. -----

-----Deu nota há uma diferença de resultados no valor de € 5.121.063,22 em 2019 para €1.952.917,13 que não terá tudo a ver com a pandemia pois há situações em que a autarquia gastou mais e outras que gastou menos como verificaram, por exemplo, com os concursos de refeições onde houve poupança. -----

-----Tal como o PSD apreciou em abril, as contas individualizadas dos SMAS e da CMTV são o corolário de uma política orçamental, e assim tem que dar relevância ao facto de 36,9% da receita arrecadada prover dos impostos e taxas que os torrienses pagaram, razão pela qual devem estar atentos à sua execução. -----

-----Em relação aos custos com pessoal, mais concretamente as provenientes das transferências de competências, lembrou que as mesmas vêm acompanhadas de pacote financeiro da administração central, sendo difícil de perceberem neste ano os gastos que se referem à transferência dos RSU para os SMAS. -----

-----Em suma verificou-se uma diminuição de resultados de 2019 para 2020 de quase 3 milhões de euros, a receita do IMI, IMT, IUC e das taxas aumento, e, não obstante ter havido mais gastos com a pandemia, também houve um conjunto de outras despesas que não ocorreram, pelo que, à semelhança das contas aprovadas em abril, o PSD se vai abster. -----

-----Não se registando mais intervenções o presidente da mesa colocou o assunto à votação: -----

-----A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12/09, e do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3/09 ambos na sua atual redação deliberou por maioria de 28 votos a favor, e 10 abstenções aprovar as Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2020. -----

-----Anota-se que se abstiveram Paula Mota, João Paulo Lourenço, João Rodrigues, Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, Rita Sammer, Dina Almeida, Luís Carlos Lopes, Nuno Henriques Ana Fiéis. -----

-----Anota-se que se encontravam ausentes Marta Geraldês e João Pedro Gomes. -----

6 - P. N.º 46/CM/2021 - APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALARES DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO. -----

-----Presente ofício número 5572, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 26/08/2021 a remeter de acordo com o deliberado pelo Executivo em 24/08/2021 informação da situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2021. -----

-----A **presidente da Câmara** explicou que este agendamento visa cumprir uma obrigação legal, e consiste numa informação quer em termos de execução orçamental quer de resultados, até 30 de

junho do corrente ano. -----

----Assim deu nota que no que se refere à Câmara Municipal, em termos de orçamento/receita houve execução orçamental de 55%, na despesa uma execução de 45%, tendo sido registado um aumento de impostos €1.433.000,00, mas com uma diminuição de receita do IMI como era previsível dado a redução da taxa resultante das medidas extraordinárias de apoio no âmbito do COVID-19. Também aumentaram os passivos financeiros em cerca de €961.000,00, tendo em atenção que houve empréstimos para a escola da Povoia de Penafirme e intervenções na rede viária. -----

----Acrescentou que houve aumento na aquisição de bens e serviços de €4.000.000,00, nos gastos com pessoal em cerca de €1.220.000,00, no património líquido e o resultado líquido também aumentou €693.000,00 relativamente ao ano transato. -----

----No caso dos SMAS os rendimentos operacionais cresceram 19, 21%, os gastos operacionais cresceram 25,34 % originando um resultado líquido negativo, consequência do aumento do valor da compra da água, do aumento dos materiais consumidos, gás e dos gastos com pessoal que tem sobretudo a ver a inclusão do pessoal afetos à RSU. Há um desequilíbrio nos resultados nesta altura do ano que estão negativamente influenciados pelo que referiu, mas os rácios financeiros estão equilibrados ainda. -----

----A *deputada municipal Dina Almeida*, destacou nestas contas intercalares o aumento do IMT, do IUC e das licenças, ou seja, dos impostos diretos, redução do IMI já prevista, e os custos com a COVID-19 que foram de € 562.000,00 durante os primeiros 6 meses de 2021. -----

----Frisou nada ter a opor em relação aos gastos que forem feitos em termos de saúde e segurança das pessoas, mas tinha que relevar que num orçamento de 68 milhões de euros, estas despesas apenas representam 0,83% comparando com a receita do 1.º semestre, e assim também não se pode dizer que à custa deste valor, ou seja, por causa da COVID-19, se deixou de fazer algumas coisas. -----

----O *deputado municipal Nelson Aniceto* começou por referir que estavam a analisar as contas relativas ao 1.º semestre que não refletem normalmente a tendência anual, até porque estão já no 2.º ano de uma situação que não esperavam viver, sendo natural que o município, assim como todos os cidadãos e as empresas, tenham feito adaptações na sua gestão. Os números apresentados, que são positivos, ainda assim não deixarão de ter essa evidência, nomeadamente ao nível das Grandes Opções do Plano e suas taxas de execução. -----

----Relativamente à colega que o antecedeu que fez referência ao ter considerado um valor pequeno do orçamento despendido no âmbito da COVID-19, defendeu que o montante da despesa, não reflete necessariamente tudo o que foi gasto nessa temática, uma vez que englobado no plano de combate à pandemia, também houve isenção de taxas, redução do IMI e

de derrama que implicou menos dois milhões de euros de receita, pelo que tudo somado dá um valor muito superior a 0,83%. -----

----Por último salientou que os rácios de liquidez, solvabilidade e de endividamento e autonomia financeira são bastante aceitáveis e o documento em discussão merece a aprovação do Grupo Municipal do PS.-----

----A *deputada municipal Dina Almeida* fez notar não ter dito que o valor era insuficiente, apenas fez referência ao valor gasto com base nos números apresentados. -----

----A **presidente da Câmara**, explicou que o valor mencionado pela deputada diz respeito a gastos diretos, onde não estão refletidos os gastos com o pessoal, centro de saúde e hospital. ----

----A *deputada municipal Dina Almeida* solicitou que essa informação também fosse disponibilizada em relação ao 1.º semestre de 2021, e que os torrienses também deviam ter conhecimento de modo a verem o impacto nas contas e o esforço da autarquia -----

----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação: -----

----A Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação, deliberou, por aprovar maioria de 27 votos a favor e 12 abstenções os documentos de prestação de contas intercalares de 2021 da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

----Anota-se que se abstiveram Paula Mota, João Paulo Lourenço, João Rodrigues, Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, Rita Sammer, Dina Almeida, António Moreira, Marta Geraldês, Luís Carlos Lopes, Nuno Henriques e Ana Fiéis. -----

----Anota-se que se encontrava ausente João Pedro Gomes. -----

7 - P. N.º 47/CM/2021 - PROPOSTA DE 2.ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA PARA O ANO DE 2021 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO: -----

----Presente ofício número 5571, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/08/2021, a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 24/08/2021. -----

----A **presidente da Câmara** deu nota que esta revisão contempla a redistribuição de valores entre despesa corrente e despesa de capital, uma vez que parte dessa despesa passou a ser financiada por fundos comunitários na sequência da aprovação da candidatura Torres Vedras +Bio. -----

----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação. -----

----Tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a 2.ª revisão ao PPI e ao orçamento da receita/despesa para o

ano de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

-----Anota-se que se abstiveram Sérgio Jacinto e Pedro Castelo e encontrava-se ausente João Pedro Gomes.-----

8 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

8.1 - P. N.º 48/CM/2021 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (VOZ, DADOS E TV) POR OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES:-----

-----Presente ofício número 4263, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/06/2021, a remeter processo em título de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 22/06/2021, relativo ao procedimento “Aquisição de Serviços de Comunicações (voz, dados e TV) por operador de Telecomunicações” sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores, aquando da adjudicação, ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado: montante global da despesa - € 20.100,00 + IVA - Ano de 2021 - € 10.050,00 + IVA e Ano de 2022 - € 10.050,00 + IVA.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que a informação que introduz o assunto dispensa apresentação e não se tendo registado intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a competência do órgão deliberativo prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para a “Aquisição de Serviços de Comunicações (voz, dados e TV) por operador de Telecomunicações” da seguinte forma: montante global da despesa - € 20.100,00 + IVA - Ano de 2021 - € 10.050,00 + IVA e Ano de 2022 - € 10.050,00 + IVA.-----

8.2 - P. N.º 49/CM/2021 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSEGURAR A RECOLHA DE RESÍDUOS NOS CIRCUITOS DA ASSENTA (CANTONEIRO), E DE PONTE DO ROL E SILVEIRA (MOTORISTA DE PESADOS) – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 4683, de Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/07/2021 a remeter o pedido de autorização em título de acordo com o deliberado pelo Executivo em 6/07/2021, relativo aos procedimentos abaixo identificados, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores, aquando da adjudicação, ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado: Aquisição de serviços para assegurar a recolha de resíduos: no circuito da Assenta (serviços de cantoneiro) – € 36.000,00 - 2021 – € 6.000,00 - 2022 - € 12.000,00 - 2023 – 12.000,00 - 2024 - € 6.000,00; no circuito de Ponte do Rol (serviços de motorista de pesados) – € 48.600,00 - 2021 – € 8.100,00 - 2022 - €

16.200,00 - 2023 – 16.200,00- 2024 - € 8.100,00; e no circuito da Silveira (serviços de motorista de pesados) – € 48.600,00 - 2021 – € 8.100,00 - 2022 - € 16.200,00 - 2023 – 16.200,00 - 2024 - € 8.100,00 (todos os valores mais IVA).-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02, deliberou por unanimidade, autorizar a seguinte assunção de compromissos plurianuais para Aquisição de serviços para assegurar a recolha de resíduos: no circuito da Assenta (serviços de cantoneiro) – € 36.000,00 - 2021 – € 6.000,00 - 2022 - € 12.000,00 - 2023 – 12.000,00 - 2024 - € 6.000,00; no circuito de Ponte do Rol (serviços de motorista de pesados) – € 48.600,00 - 2021 – € 8.100,00 - 2022 - € 16.200,00 - 2023 – 16.200,00- 2024 - € 8.100,00; e no circuito da Silveira (serviços de motorista de pesados) – € 48.600,00 - 2021 – € 8.100,00 - 2022 - € 16.200,00 - 2023 – 16.200,00 - 2024 - € 8.100,00 (todos os valores mais IVA).-----

9 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

9.1 - P. N.º 50/CM/2021 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE VARREDORA ASPIRADORA COMPACTA:-----

-----Presente ofício número 5577 da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado pelo Executivo em 24/08/2021, informando que na sequência de procedimento efetuado por concurso público, para escolha de uma varredora aspiradora compacta, resultou a adjudicação da mesma ao concorrente “RESITUL – Equipamentos, Serviços e Tecnologias Ambientais, Lda., pelo valor de € 145.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz € 178.350,00, com o prazo máximo de 60 dias após Visto do Tribunal de Contas ao contrato de financiamento, seguindo-se a realização do procedimento concursal para seleção da entidade financeira e tendo em conta que o preço estimado para o contrato, considerando o valor do bem (€ 145.000,00), e juros do financiamento € 148.602,00, prevê-se a sua repartição do seguinte modo: 2021- Amortização – € 14.565,25 - Juro - € 668,81; 2022 - Amortização - € 58.261,02 - Juro - € 2.129,05; 2023 - Amortização - € 58.261,02 - Juro - € 1.255,14; 2024 - Amortização - € 47.262,76 - Juro - € 376,76.-----

-----**A presidente da Câmara**, fez uma breve referência aos valores em causa, em complemento à informação disponibilizada aos deputados municipais. -----

-----O **deputado municipal Pedro Castelo**, disse que não estava em causa a aquisição, mas a documentação técnica disponibilizada que no seu entender é insuficiente, pois gostaria de ter dados mais concretos sobre a varredoura tendo em conta o valor envolvido, ou seja, gostaria de saber as características do equipamento e os critérios que levaram à sua escolha. Assim solicitou que de futuro estas propostas viessem à Assembleia com mais rigor e mais documentação.-----

-----O **deputado municipal Jacinto Leandro** respondeu que estavam a falar de um valor insignificante para uma autarquia como a de Torres Vedras e lembrou que este assunto foi

agendado para autorizar a repartição de encargos, pois a competência para adquirir é da Presidente da Câmara.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que a questão que se coloca tem a ver com o facto de o município sistematicamente ter optado por contrair empréstimos para tudo e mais alguma coisa. -----

----Não se tendo registado mais intervenções o **presidente da Mesa** colocou o assunto à votação

----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/6, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para a “Aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de varredora aspiradora compacta” considerando o valor do bem (€ 145.000,00), e juros do financiamento (€ 148.602,00) da seguinte forma: 2021- Amortização – € 14.565,25 - Juro - € 668,81; 2022 - Amortização - € 58.261,02 - Juro - € 2.129,05; 2023 - Amortização - € 58.261,02 - Juro - € 1.255,14; 2024 - Amortização - € 47.262,76 - Juro - € 376,76.-----

9.2 - P. N.º 51/CM/2021 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES PARA DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:-----

----Presente ofício número 5570 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/08/2021, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado pelo Executivo em 24/08/2021 para efeitos de autorização para realização dos encargos plurianuais, tendo em conta que município pretende continuar a proporcionar a todos os alunos, de forma gratuita, um conjunto de atividades enriquecedoras do currículo e das aprendizagens, sendo pretendido para o ano letivo 2021/2022 o desenvolvimento de 4 projetos: “Um Dó Li Tá”; “Iniciação à Programação e Robótica”; “Triângulo das Artes”, e Coadjuvação da Educação Física e que para a realização destas atividades foi solicitada pela divisão de educação, a contratação de professores com formação adequada, propondo o valor de € 16,00/hora, o que para a totalidade dos professores e respetivas horas previstas, totaliza o montante de € 290.624,00. Considerando o período de realização dos serviços, de 1/09/2021 a 30/06/2022, é prevista a seguinte repartição de encargos: 2021 - € 137.664,00+IVA; e 2022 – 152.960,00+IVA.-----

----Tendo presente a competência deste órgão deliberativo prevista no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade autorizar a repartição de encargos para “Aquisição de serviços de professores para dinamização de atividades de enriquecimento curricular” da seguinte forma: 2021 - € 137.664,00+IVA; e 2022 – 152.960,00+IVA.-----

10 - P. N.º 52/CM/2021 - PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE ARENES:-----

----Presente ofício número 5573, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/08/2021 a

remeter de acordo com o deliberado pelo Executivo em 24/08/2021 a proposta de Operação de Reabilitação Urbana de Arenes para aprovação final, tendo presente a competência da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

----A **presidente da Câmara** deu nota que na sequência do período de discussão pública que antecedeu a remessa da versão final para a Assembleia Municipal para aprovação, foi recebida uma exposição, tendo a mesma sido objeto de ponderação na reunião do Executivo, mas da qual não resultou qualquer alteração.-----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, tendo em conta que está consignado que após a aprovação desta ORU se deve constituir uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal, e como não crê que haja uma urgência tão grande para não tenha sido constituída previamente à aprovação pela Assembleia Municipal, manifestou o seu desagrado por ter de decidir num tão curto espaço de tempo sem a devida análise e ponderação e sem os contributos do Órgão Deliberativo, sobretudo num debate que devia ter sido prévio. -----

----Disse também ser do conhecimento público que apenas foi feita uma única reclamação no período de discussão pública por um ilustre torriense que deu nota da mesma no jornal Badaladas tendo lido com atenção os quesitos referidos nesse artigo.-----

----Considera que esta operação de reabilitação urbana é muito importante para o futuro de Torres Vedras pois incide numa das zonas da cidade que neste momento mais carece de intervenção.-----

----Em relação aos domínios de intervenção devidamente identificados no documento e que integram a programação operacional, acha que fazem todo o sentido para aquela zona, contudo algumas das situações referenciadas nos níveis de prioridade das ações já estão de forma avulsa a serem efetivadas ou perspetivadas pela Câmara Municipal.-----

----Ainda sobre o artigo de Carlos Miguel, concorda com algumas das sugestões embora tenha algumas dúvidas quanto às passagens superiores e lembrou que quando se fez a 1.^a revisão ao PDMTV estava previsto o silo automóvel na estação da CP, no final da Av. Humberto Delgado, situação a ter em conta, se pensarem que para que esta linha tenha algum futuro será preciso ter algum estacionamento nesta zona, para o qual também os armazéns do IVV e pátios terão que ser tidos em consideração.-----

----Em relação à recuperação ambiental do Monte da Forca, expressou algumas dúvidas que a aquisição seja prioridade imediata. -----

----Por último solicitou um esclarecimento sobre os benefícios fiscais, tendo em conta que ao aprovarem a ORU, poderão já estar a criar um ónus e juridicamente tem dúvidas se não terão de ser objeto de regulamento próprio.-----

----A **presidente da Mesa** informou que os benefícios fiscais para a reabilitação urbana têm um

enquadramento legal próprio, constam do estatuto dos benefícios fiscais, matéria que é revista e aprovada anualmente em Assembleia da República, e nem é matéria da Assembleia Municipal.----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* começou por saudar esta proposta de regeneração desta área de Arenes, lembrando que há muitos anos se falava da necessidade em combater aquela mistura desordenada neste bairro dentro da cidade. -----

----Felicitou a elaboração de um documento com estas características, que resultou do trabalho dos técnicos da autarquia, salientando o facto de ser aquando da sua implementação que vão irão ver as dificuldades e as preocupações que daí resultarão e assim estes documentos não têm que ser eternos. Há trabalho a fazer e situações a acautelar nesta proposta que está subdividida em áreas com visões que coexistem e se integram, mas que terão desenvolvimento diferenciada no tempo ao longo de 15 anos. -----

----Nesta fase estão a cumprir a legislação que se aplica a estas operações de reabilitação urbana, e vem à apreciação do plenário após um período de discussão pública, períodos que nem sempre são muito participados, mas o processo foi finalizado e depois da aprovação final que deverá ocorrer hoje pela Assembleia Municipal, entrará em vigor. -----

----Sabe que o bairro da CP está do outro lado da linha, mas parece-lhe que faz parte e faz todo o sentido fazer uma ligação com uma passagem superior. -----

----Considera que estão em condições de começar esta operação de requalificação com um projeto credível, estudado e com a participação possível de quem quis participar. Acredita que estão no bom caminho e deu os parabéns à Câmara Municipal e a toda a equipa. -----

----Aludindo à intervenção do deputado municipal Luis Carlos Lopes o **Presidente da Assembleia** concordou que um assunto de transcendente relevância como este merecia ter passado previamente por uma comissão especializada antes de ser submetida ao plenário, do que se penitencia e espera que no próximo mandato os membros tenham o reconhecimento da importância do trabalho em comissão, pois trata-se de aprovar ou rejeitar e é algo que tem que ser assumido com consciência por parte de quem estudou os assuntos e faz um voto consciente. -----

----Neste propósito aumentou o tempo para o plenário se pronunciar sobre este assunto. -----

----Nesta sequência pediu novamente uso da palavra o deputado municipal **Luís Carlos Lopes** agradecendo a sensibilidade do presidente Mesa e continuando a sua intervenção reportou-se à questão das volumetrias dos edifícios abordada no artigo veiculado no Badaladas com o qual concorda, e também acha que tem que ser melhor analisada no sentido de que algumas operações urbanísticas poderão estar condenadas com a limitação de dois pisos para aquela zona sendo importante que se altere o Plano de Urbanização da Cidade para que sejam permitidos índices de construção mais compatíveis com o futuro em termos de requalificação da zona. -----

----Reforçou que neste momento é impossível debaterem isto tudo, pois há um conjunto de

questões que não devem ser só técnicas e assim questionou se a comissão está prevista pós aprovação, mas teria sido interessante terem feito uma discussão mais aprofundada.-----

-----Em resposta o *deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que estão a falar de um projeto feito pela equipa técnica, que não decide, mas são eles que têm as ferramentas para os ajudar a decidir. Para além disso antes de vir à Assembleia Municipal foi apresentado e discutido no Executivo, teve discussão pública, mas com a perceção de planeamento dessa maneira, não havia planeamento nenhum. Há prazos que têm que ser cumpridos, e as coisas podem evoluir e podem ser repensadas, mas agora está aqui para ser aprovado, para poderem começar a trabalhar. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que o documento em análise parece positivo e claramente a zona está carente de uma intervenção profunda. -----

-----Não questionando a legalidade, questionou a oportunidade vir agora à última sessão do mandato com eleições a menos de 20 dias, para além disso o facto de ter sido feito a discussão pública meia dúzia de dias no verão, não possibilitou a divulgação e assimilação pela população e a prova é que só houve uma reclamação de um cidadão conhecedor da área. -----

-----Assim gostava de saber se os moradores desta zona foram devidamente auscultados, e se é desta vez que a mobilidade fica alargada para lá do limite do comboio.-----

-----Por último questionou a oportunidade pois não se sentia em condições de votar favoravelmente este documento-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, disse que subscrevia grande parte das duas das intervenções anteriores, mas foram confrontados com uma questão técnica e desde logo anunciou que faz questão em se envolver na questão do IVV, se for eleito no próximo mandato. -----

-----Se em causa está aprovação final de um processo intocável, também defendia que era preferível não o fazerem hoje, mas fazia fé nas palavras do seu líder de bancada que tem conhecimento de causa no sentido de que é um ponto de partida institucional para a continuidade e disponibilizou-se para fazer parte da tal comissão.-----

-----Sente-se em condições de votar desde que lhe digam que o processo não está fechado a cadeado.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* referiu que este plano estratégico de reabilitação, pelas suas implicações e pela forma como irá condicionar o próximo Executivo não lhe parece oportuno ser apresentado desta forma extemporânea a duas semanas das eleições, a não ser pela necessidade de ter mais um plano para mostrar em contexto de final de mandato.-----

-----Reforçou que não apresenta previsão de despesa ou de financiamento, quedando-se por um conjunto de intenções a juntar a outros planos e obras anunciados de que ficam eternamente pendentes e se já nos últimos dois meses de mandato na Assembleia Municipal foram aprovados planos estratégicos em várias áreas, aqui está mais um. -----

-----Por outro lado, não houve discussão com as forças políticas e sociais, quedando-se por uma suposta discussão pública, onde se destaca a participação de um distinto socialista, que, entre outros considerandos, se preocupa com a volumetria a aprovar e as áreas a urbanizar. -----

-----Assinalou ainda que para além de ideias de reabilitação e melhoria da qualidade de vida positivas, parece-lhe bem que um dos objetivos seja a requalificação das habitações e a criação de habitação social, uma vez que o plano elenca uma série de dificuldades de habitação e casas degradadas, bem como armazéns e áreas com possibilidade de urbanizar. -----

-----Assim o Bloco de Esquerda espera que isso se concretize e que o plano não se perca nos negócios imobiliários apetecíveis no bairro da CP e nos muitos armazéns e edifícios a reabilitar transformando-se numa excelente oportunidade de criar melhores condições de habitação para os torrienses. -----

-----O **Presidente da Mesa** informou que esta matéria foi regularmente agendada, sem nenhuma manifestação de objeção e o documento que for hoje aprovado hoje, é na Assembleia Municipal que terá de ser alterado. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que o ato de delimitação da área urbana de Arenes foi aprovada pela Assembleia Municipal em 2 de setembro 2018, altura a partir da qual ficaram definidos os benefícios fiscais, dispondo o município de 3 anos para constituir a operação de reabilitação urbana, e assim vem hoje ao órgão deliberativo porque o prazo está a terminar. -----

-----Esclareceu ainda que o bairro da CP está dentro da ORU, e que algumas das questões colocadas na exposição recebida têm a ver com o Plano de Urbanização da Cidade e não com esta operação, que de resto não inibe que possam ser feitas alterações no futuro. -----

-----De seguida pediu para que o responsável da ARURB, que se encontrava presente, pudesse dar alguns esclarecimentos, o que foi devidamente autorizado pela mesa. -----

-----O **Arq.º André Batista** relativamente às questões levantadas pelos deputados de ser um plano fechado esclareceu que para executar a ORU podem ter um plano de pormenor, que é mais fechado ou um plano estratégico de reabilitação urbano, como é o caso. -----

-----Esclareceu ainda que a ORU tem linhas orientadoras de projeto, mas se houver alterações significativas terá de vir novamente ao órgão deliberativo. -----

-----Deu nota que o silo de estacionamento está fora desta área, o que não compromete a execução pois têm também a ARU da cidade a do concelho, que englobam 179 unidades territoriais que abrangem aquela área específica para fazer os silos. -----

-----A operação em causa prevê 56 ações, muitas delas imateriais e outras que não têm expressão territorial, ou seja, há intenções com a dos resíduos urbanos com as estimativas de investimento, mas não fazia sentido nesta fase estarem a identificar o local, que terá de ser estudado. Para além disso nessas ações imateriais também estão incluídas sessões participativas

de envolvimento da comunidade, quando começarem numa malha mais fina do processo. -----

-----Acrescentou que o programa estratégico em discussão em termos de ações, resulta das diretrizes dos executivos ao longo dos anos e também dos outros planos em vigor, onde vão buscar projetos que transpõem para esta operação e relativamente às prioridades, lembrou que a questão das aquisições tem um grande peso em termos de processo mais especificamente em termos temporais pelo que quanto mais cedo forem iniciados melhor porque há sempre imprevistos, que é necessário antever. -----

-----Relativamente ao Monte da Forca, o projeto é minimalista e resultou do entendimento do Executivo para melhorar a vertente ambiental, mas nada impede de se optar por um projeto mais arrojado quando se estiver a discutir especificamente o assunto, e relativamente ao IVV transportaram os projetos que têm sido aprovados pelo Executivo, mas que em qualquer altura podem ser revistos numa abordagem mais fina. -----

-----Quanto aos benefícios fiscais, a partir do momento em que se aprova a delimitação da ARU, são os que são transportados para a ORU.-----

-----No que respeita aos moradores, tendo em conta os tempos difíceis, fizeram distribuição de inquéritos e receberam contributos da população. -----

-----Sobre a oportunidade de vir à assembleia, informou que se o prazo de 2 de novembro não for cumprido, caduca a ARU e os benefícios fiscais ficam suspensos.----- .

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* fez notar que no caso da Variante de Arenes, o valor vai ao detalhe, e existem mais projetos todos quantificados. -----

-----O **Arq.º André Batista** concordou que de facto há projetos que estão mais detalhados porque estão planeados há mais tempo, contudo como é um plano de 15 anos estes valores terão que ser revistos.-----

-----A **presidente da Câmara**, fez notar que quem for eleito, em novembro não estará em melhor condição de votar este assunto do que os que cá estão hoje, e independentemente de caducar, a ARU é um trabalho feito neste mandato e crê que é neste mandato que deve ser aprovado. -----

-----No tocante à questão da mobilidade colocada pelo deputado municipal Sérgio Jacinto assegurou que nesta ORU sem dúvida nenhuma, mobilidade está muito presente e que esta área será um espaço muito vivenciado em termos de pedonalização e mobilidade suave. -----

-----Concluídas as intervenções o presidente da mesa submeteu o assunto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º 1, do art.º 17.º da Regime Jurídico da Reabilitação Urbana na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, deliberou por maioria de 33 votos a favor e 2 abstenções aprovar proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Arenes.-----

-----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues e Sérgio Jacinto e encontravam-se ausentes da

sala António Moreira, Marta Geraldês, Nuno Pinto, Nuno Cosme e Luís Pedro Silva. -----

11 - P. N.º 53/CM/2021 - PROPOSTA DE PLANO LOCAL DE LEITURA DE TORRES VEDRAS 2020-2027: -----

-----Presente ofício número 4262 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25 de junho, a remeter para aprovação a proposta em título, aprovado pelo Executivo em 22/06/2021. -----

-----A **presidente da Câmara** introduziu este plano como uma primeira abordagem ao conhecimento da comunidade leitora, e em função disso apontar rumos e ações para elevar a fasquia da literacia dos cidadãos e pediu autorização para que a vereadora Ana Umbelino, detentora do pelouro da cultura fizesse uma breve da apresentação, o que teve a anuência do presidente da Mesa. -----

-----A **vereadora** disse que gostaria de relevar alguns aspetos de enquadramento e de contextualização desde logo, que a elaboração do plano resulta da resposta favorável do Município a um apelo lançado pelo Plano Nacional de Leitura, que relativamente ao precedente apresenta 2 diferenças substantivas, ou seja, antes focava-se essencialmente na promoção da leitura e das literacias em contexto escolar, neste novo alarga os públicos e forçosamente convoca outras instituições e organizações a ativamente colaborarem neste desiderato comum e daí a importância e a necessidade de se mobilizarem os municípios. -----

-----Sublinhou ainda que para este trabalho colaborativo, pela 1.ª vez foi efetuado um diagnóstico das práticas de leitura dos torrienses que resultou da aplicação de um questionário a uma amostra representativa da população estratificada por freguesia e por grupo etário, que lhes permite tecer um retrato mais preciso das diferentes realidades e por isso aplicar as medidas de forma diferenciada e não uniformemente. -----

-----Em termos metodológicos, sublinhou que as medidas propostas têm subjacente a teoria da mudança, que lhes permite igualmente avaliações de impacto, ou seja, irem acompanhando a evolução de um conjunto de indicadores ao longo do tempo e dessa forma perceber que transformações estão a operar com as tais medidas. -----

-----A **deputada municipal Ana Fiéis** começou por realçar a importância deste documento estratégico e relevante sobre o tema pois é importante potenciar a leitura como meio principal de desenvolvimento pessoal e das comunidades. -----

-----Tendo presente o inquérito contido no documento, a prática da leitura tem sido desprivilegiada, pelo que considera que a criação de hábitos de leitura transversal a todas as idades, com especial incidência nos jovens é extremamente importante para a evolução da sociedade, assim como todos os projetos e atividades que envolvam a literacia são fundamentais de implementação, para além de considerar também importante que envolvam toda a comunidade, escolas, famílias associações e todas as outras instituições. No entanto, atenta à leitura do

documento, parece-lhe que o enfoque principal das atividades não se estende a todo o território do concelho e pensa que se devem envolver mais as juntas de freguesias para que não se concentrem na cidade de Torres Vedras e assim este projeto será positivo.-----

----A *deputada municipal Susana Neves* disse que a sua intervenção vai para além da metodologia já explicada, ou seja, vai para o sentido emocional deste projeto que é fantástico. Querem que Torres Vedras seja uma comunidade leitora porque uma comunidade leitora, é uma comunidade muito mais integrada, protege-lhes a vida contra a automatização e contra a própria tragédia da rotina que muitas vezes os ameaça a afetividade e as relações e permite-lhes comparar ideias do passado para encontrar novas ideias e novos caminhos e com isto evoluir humanamente. -----

----Por último salientou que uma das ações previstas “Histórias ao telefone” a deixou muito sensibilizada pois consiste na leitura de histórias ao telefone junto dos utentes do CHO Oeste Sul e endereçou os parabéns pelo plano. -----

----O *deputado municipal António Carneiro* disse que lhe apraz registar, com a feitura deste plano que a Câmara Municipal não esteja a precisar de pessoas de fora para os ensinar a fazer deste tipo de instrumentos, bem expresso no modelo de governança partilhada (coordenação e equipa interna) e pelo qual felicitou o Executivo. -----

----A seu ver trata-se de um documento extraordinário que para além de tudo o que já foi dito tem a importância de contrariar uma tendência preocupante de perda dos valores da importância da leitura em formato de papel em detrimento da informação que lhes chega não tratada e tem também importância política, ou seja, reflete o trabalho dos órgãos políticos para com os habitantes da sua polis. -----

----Deu os parabéns à Câmara Municipal, por esta iniciativa pois para além dos objetivos referidos vê a importância desse objetivo de reforço de uma cidadania que está ameaçada. -----

----De novo autorizada para usar da palavra a *vereadora Ana Umbelino*, respondeu à deputada municipal Ana Fiéis que o facto de terem aplicado o inquérito a uma amostra estratificada por freguesia teve essa intenção, ou seja, poderem diferenciar as medidas, estando para o efeito prevista a criação uma figura denominada “territórios de intervenção prioritária” onde irão aplicar programas para corrigir essa desigualdade. -----

----Disse ainda que estas dinâmicas colaborativas levaram a que de forma autónoma algumas associações, estejam a fazer ações, sendo um desses exemplo a realização do concerto “Sonho de uma noite de Verão” pela Sociedade Filarmónica que em parceria com o ATV também irá apresentar este fim de semana o espetáculo “451 de temperatura”. -----

----Não se tendo registado mais intervenções, o presidente da Mesa, colocou o plano à votação: -

----A Assembleia Municipal, deliberou, nos termos do disposto da alínea h), do n.º 1 do art.º 25.º

da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, aprovar por unanimidade, o Plano Local de Leitura de Torres Vedras 2020-2027. -----

12 - P. N.º 54/CM/2021 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO “FAZ PARTE – TORRES VEDRAS JOVEM”:-----

-----Presente ofício número 4261, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/06/2021 a remeter proposta de regulamento em título, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 22/06/2021. -----

-----A **presidente da Câmara** disse que se trata de um programa que visa o incremento do incentivo à prática de voluntariado dos jovens, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e de competências de responsabilidade, entreajuda e solidariedade, através da ocupação saudável do seu tempo livre, mobilizando-os para um serviço à comunidade, estabelecendo para a execução do programa, parcerias com diversas entidades promotoras de voluntariado do concelho. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Gerales** referiu que se trata de um programa importante, tendo em conta as vivências que os jovens possam adquirir e ótimo que seja destinado para jovens até aos 25 anos. -----

-----Sugeriu que no art.º 10.º que discrimina os deveres do município, na alínea c) possa prever que os jovens voluntários utilizem gratuitamente as Agostinhas o resto do ano. -----

-----O *deputado municipal* **João Rodrigues** fez notar que apesar do voluntariado se realizar em entidades sem fins lucrativos, não está suficiente acautelado que não se possa transformar em trabalho não remunerado e assim ao BE este programa parece um risco enorme, onde o desempenho dos jovens pode assumir funções profissionais que, de outra forma, teriam de ser remuneradas e que não está garantida esta proteção. -----

-----Para além disso discorda da alínea h) do n.º 2 do art.º 11.º, em que o jovem voluntário terá de " h) assumir, em caso de desistência, a totalidade das despesas suportadas pela entidade promotora até à data da desistência", uma imposição completamente inaceitável, pelo que votará contra. -----

-----A *deputada municipal* **Susana Neves** interveio no sentido de dar nota que recebeu na instituição onde trabalha, 2 voluntárias, assegurando que o voluntariado não é admitido sem um plano e um tutor, e as responsabilidades não são equiparadas às funções laborais, nem podem ser. Acrescentou que são sempre orientadas por profissionais e nunca o voluntário está sozinho. --

-----Defendeu que este regulamento está bem elaborado e é um projeto que continua a promover ganhos de competências, memórias de vida, crescimento e maturidade pessoal e formativa e sobretudo importante na área dos cuidados continuados para lidarem com a finitude da vida. -----

-----A **Presidente da Câmara** sublinhou as palavras da deputada, que traduzem a importância que a experiência do voluntariado pode ter para um jovem.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 voto contra aprovar a proposta de regulamento do programa de voluntariado “Faz parte – Torres Vedras Jovem”.-----

-----Anota-se que votou contra João Rodrigues e que se encontrava ausente António Moreira.-----

13 - P. N.º 55/CM/2021 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INCENTIVO À REABILITAÇÃO URBANA:-----

-----Presente ofício número 4260 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/07/2021, a remeter a proposta de regulamento em título de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 22/06/2021.-----

-----**A presidente da Câmara** disse tratar-se de uma proposta de regulamento muito interessante, que visa a criação de parcerias entre o município e entidades privadas para promover a oferta de condições especiais de aquisição de bens e serviços destinados à reabilitação urbana.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* pediu a palavra para dar nota da importância da proposta de regulamento em apreço, subscrevendo os seus objetivos, ainda que no objetivo previsto na alínea g) “assegurar a igualdade de oportunidade dos cidadãos no acesso a uma habitação condigna” lhe pareça excessivo utilizarem o verbo “assegurar”.-----

-----No seu entender e tendo por base o art.º 5.º que determina as condições de acesso, parece-lhe que o processo se torna extremamente burocrático a partir de determinada altura, podia ser aligeirado e devia ser revisto.-----

-----Disse ainda que o grupo Municipal do PSD iria votar a favor, concordam com o princípio, mas não lhe parecia que fosse este o caminho.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* subscreveu a intervenção anterior no que se refere à burocratização, pois também achava que podia ser mais simplificado e acessível.-----

-----No que se refere ao art.º 6.º, n.º 1, parece-lhe pouco o município disponibilizar a informação comercial e promocional das entidades aderentes através de listagens a publicitar na página eletrónica da Agência Investir Torres Vedras e dever-se-ia pensar numa forma das empresas terem um retorno superior.-----

-----Disse ainda que este programa é bem-vindo, mas fica muito aquém do que se precisaria para a cidade e para o concelho, esperando que no próximo mandato a Câmara Municipal possa melhorar o regulamento conforme as necessidades das empresas que possam aderir.-----

-----Não está em causa o regulamento, que terá o voto favorável do CDS/PP, mas irão ficar atentos nos próximos meses, pois teme que os aderentes sejam muito poucos.-----

-----Por último referiu-se à alínea b) do n.º 2 do art.º 2.º que prevê que o regulamento se aplica aos

edifícios situados fora dos limites das áreas de reabilitação urbana, cuja construção, legalmente existente tenha sido concluída há pelo menos 30 anos, para questionar se não deveriam arranjar uma exceção para Santa Cruz, já que a durabilidade das construções não é a mesma nesta zona e também se o município nunca pensou fazer algo semelhante ao que se faz em Lisboa através do programa RECRUA, que é um verdadeiro programa de incentivo à reabilitação urbana, e que no seu entender melhor se adequava à realidade do município de Torres Vedras.-----.

-----Devidamente autorizado pelo presidente da Mesa e após solicitação da edil, foi dada a palavra ao responsável da ARURB, **Arq.º André Batista** que no que se refere à questão da burocratização esclareceu que os elementos instrutórios solicitados no n.º 5, do art.º 5, visam garantir que os serviços possam aferir com exatidão que o pedido se enquadra no regulamento, ou seja não podem atribuir a declaração que aquela pessoa pode recorrer a este programa sem essa garantia.

-----Acrescentou que se trata de um procedimento idêntico ao que é seguido para a atribuição de benefícios fiscais, ou seja, o requerente identifica o número do processo e os serviços clarificam em que estado se encontra e juntam os documentos já existentes no mesmo que ainda estão em vigor. Se não existe um processo de licenciamento têm que garantir que essa obra está comunicada e que os benefícios são para aquela pessoa, para aquela obra e para aquela localização, daí a necessidade destes documentos. -----

-----Explicou ainda que muitos dos documentos de acesso só são solicitados no final do processo de licenciamento e podem existir alguns que já estão caducados. -----

----- Relativamente à questão dos 30 anos informou que este período foi tido como um princípio, que está associado a uma reabilitação mais profunda, e com este programa tentaram que os imóveis que ficaram fora das ARU também possam ter acesso. -----

-----Sobre a questão da divulgação referida no n.º 1 do art.º 6.º disse que iriam ver com a Agência Investir Torres Vedras a melhor forma da projeção das empresas.-----

-----Terminadas as intervenções, o presidente da Mesa colocou o regulamento em título à votação:

-----Tendo presente a sua competência da Assembleia Municipal prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento do programa de parcerias de incentivo à reabilitação urbana.-----

14 - P. N.º 56/CM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA RATIFICAÇÃO PELO EXECUTIVO DE DESPACHO DA PRESIDENTE DE CÂMARA ATRAVÉS DO QUAL SOLICITOU SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PROPOSTA DE 6.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2021:-----

-----Presente ofício número 4597 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/07/2021 sobre o assunto em título.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15 - P. N.º 57/CM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA RATIFICAÇÃO PELO EXECUTIVO DE DESPACHO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ATRAVÉS DO QUAL APROVOU A PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO DR. VICENTE PEREIRA GOMES MARQUES E SOLICITOU A SUA SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Presente ofício número 4595 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9/07/2021 sobre o assunto em título.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

16 - P. N.º 58/CM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO – REDE CULTURA 2027 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E ACORDO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES:-----

-----Presente ofício número 5464, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/08/2021 a dar conhecimento que em sua reunião de 20/07/2021, tendo por base a informação a área jurídica n.º 73/2021 de 13/07/2021, deliberou aprovar o protocolo de cooperação no âmbito da Rede Cultura 2027 e o acordo para a constituição de agrupamento de entidades adjudicantes, que fazem parte integrante do processo assim como a citada informação jurídica e incumbir a divisão de contratação pública de acompanhar o procedimento pré-contratual, que deve ser o serviço interlocutor da câmara municipal junto da Rede Cultura 2027 e do Município de Leiria.-----

-----A **presidente da Câmara** deu uma breve nota introdutória do assunto, que visa dar conhecimento à Assembleia Municipal da solução preconizada por todos os municípios aderentes à candidatura em título através de um protocolo de cooperação e de um acordo para a constituição de Agrupamentos de Entidades Adjudicantes.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, tendo presente os documentos disponibilizados disse que tinham que fazer fé na avaliação dos gabinetes jurídicos dos vários municípios, e que não correm o risco de o Tribunal de Contas vir levantar mais questões, até porque uma das vantagens deste modelo é não necessitar de aprovação por esta entidade.-----

-----A sua questão prendia-se com o futuro da rede, ou seja, como é que iam gerir se for a candidatura ganhadora, pois há muito dinheiro investido e manifestou a sua preocupação pelo facto de não haver já uma informação concreta acerca de como estes 26 municípios vão funcionar em rede.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse comungar quase na totalidade das preocupações proferidas pela interveniente anterior, mas lembrou que agora estão apenas a tomar conhecimento de uma alteração que não responsabiliza a Assembleia Municipal.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* aproveitou mais uma vez para expressar o seu desagrado com a designação da candidatura.-----

-----A **presidente da Câmara**, lembrou que estão envolvidos 26 municípios e ocorreram algumas vicissitudes na forma de organização, mas a rede tem um modelo de governança definido desde início que funciona e tem um plano de atividades, estando neste momento a elaborar a candidatura que terá que ser entregue até 15 de novembro, para serem selecionadas 10 e depois então será formalizada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O **presidente da Mesa** informou que para completar a ordem de trabalhos faltava o ponto 17, para o qual tinham acordado em reunião de líderes que disporiam de duas horas, mas face ao adiantado da hora, colocou plenário o encerramento dos trabalhos, a continuar no dia 9, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 12.30h o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos os quais continuariam no dia 9 de setembro às 21.00h, conforme convocatória e edital devidamente publicitado.-----

AO NONO DIA DO MÊS DE SETEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2021:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, , José António do Vale Paulos, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e João

Paulo Martins Lourenço.-----

----Faltaram os seguintes membros:-----

----Jacinto António Franco Leandro, António Martins Moreira, João Francisco Mota Tomaz e Francisco João Pacheco Martins.-----

----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Nelson Alexandre Gomes Pereira.-----

----Dando início aos trabalhos e antes de recomeçar a agenda no ponto 17 o **presidente da Mesa** informou que a presidente da Câmara solicitou que fosse aditado à ordem de trabalhos, o assunto abaixo indicado, o qual tinha sido devidamente dado a conhecer a todos os deputados municipais e após algumas intervenções sobre a oportunidade e pertinência deste pedido, colocou, ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a admissibilidade do mesmo, tendo o plenário autorizado por unanimidade.-----

ADITAMENTO:-----

P. N.º 59/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA ESTUDO PRÉVIO E PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DA A8 À ÁREA EMPRESARIAL DAS PALHAGUEIRAS EM TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 5892, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8/09/2021, a informar que em sua reunião de 7/09/2021 deliberou dar início ao procedimento da aquisição de serviços em título, através de concurso público, pelo preço base de € 300.000,00 acrescido de IVA, prevendo-se que seja repartido da seguinte forma: 2021 – € 60.000,00 + IVA - 2022 – € 210.000,00 + IVA e 2023 – € 30.000,00 + IVA, remetendo o processo para efeitos de autorização para repartição dos encargos plurianuais, e solicitando que, tendo em conta que a assembleia irá reunir no próximo dia 09/09/2021, sendo previsivelmente a última reunião deste mandato, o presente assunto seja colocado à consideração desse órgão deliberativo a análise e consequente deliberação, nos termos do art.º 55.º do Regimento.-----

----A Assembleia Municipal, para cumprimento do n.º 1, do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para estudo prévio e projeto de execução para a construção da ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras pelo preço base de € 300.000,00 acrescido de IVA, prevendo-se que seja repartido da seguinte forma: 2021 – € 60.000,00 + IVA - 2022 – € 210.000,00 + IVA e 2023 – € 30.000,00 + IVA.-----

17 - P. N.º 24/AM/2021 - RELATÓRIOS DA COMISSÃO EVENTUAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE:-----

17.1 - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA EN9:-----

-----Presente relatório em título que se considera integralmente reproduzido e que ficará arquivado em pasta anexa ao livro das atas.-----

-----Foi dada a palavra ao presidente da Comissão, *deputado municipal José Vale Paulos*, que fez uma pormenorizada apresentação do documento, concluindo o seguinte: -----

-----“A preocupação demonstrada pela Comissão durante a visita à obra, com muitas dúvidas e incertezas, por exemplo, em relação ao tapete de massas asfálticas que estaria a ser aplicado sem a necessária reabilitação e reforço da fundação da plataforma da estrada, da reformulação da drenagem das águas pluviais e a ausência de reforço das proteções metálicas nas zonas de maior perigosidade, resultaram de informação e documentação indispensável e foram completamente dissipadas no decorrer dos trabalhos, tendo os mesmos sido concluídos com qualidade construtiva.-----

-----Na sequência das diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal e pelo presidente da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões sobre a construção da rotunda de acesso ao Parque Empresarial da Carvoeira, bem como das gares para autocarros e abrigos em falta junto à futura rotunda, no entroncamento do Palear e no entroncamento da Aldeia de Nossa Senhora da Glória, todas no lado direito, existe o compromisso da IP em proceder aos estudos e projetos necessários para lançamento de novos concursos e execução das obras com novas empreitadas.

-----No entanto, a Comissão Eventual de Transportes e Mobilidade propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que continue a diligenciar ou a executar os seguintes projetos/trabalhos:-----

-----1 - Construção de desvio de autocarros (gares) com instalação do respetivo abrigo ou apenas abrigo para passageiros nos seguintes locais:-----

-----Vila Nova da Espera-Runa no lado esquerdo;-----

-----Entroncamento de acesso a Aldeia de N. Sra. da Glória;-----

-----Entroncamento com a Rua Paulo Agostinho de acesso a Casais Palear, Almagra e Zibreira, do lado direito, criação de gare e abrigo;-----

-----Construção da rotunda de acesso ao Parque Empresarial da Carvoeira;-----

-----Alargamento dos raios de interseção de acesso a Penedo e CasRuna, Km 72,900;-----

-----2 - Corte das barreiras arbóreas que, por falta de visibilidade, estão a causar insegurança rodoviária nos seguintes locais:-----

-----Entroncamento do Alto dos Cucos;-----

-----Entroncamento de acesso a Penedo, Km 72,900;-----

-----3 - Reforço da Sinalética dos sítios de interesse municipal ao longo do troço entre Torres Vedras e Curvel, nomeadamente:-----

-----Património arquitetónico, arqueológico, natural, religioso e de lazer;-----

-----Campos de jogos, pavilhões gimnodesportivos, ringues ou skates; -----

-----Trilhos, rotas, miradouros ou percursos pedestres e passeios BTT;-----

-----Turismo rural, alojamento, hotelaria e restaurantes; -----

-----Estação Caminhos de Ferro;-----

-----Posto de combustíveis;-----

-----Instalações IPSS, Centros de Dia, Estabelecimentos Residenciais de Pessoas Idosas (ERPI);

-----Unidades de saúde e Farmácias;-----

-----Sede de Juntas de Freguesia;-----

-----Coletividades culturais, recreativas e desportivas; -----

-----Centros Escolares; -----

-----Adegas Vitivinícolas; -----

-----Parques Empresariais; -----

-----Entre outros(as). -----

-----4 – Colocação de placas toponímicas com a designação das rotundas no território de Torres Vedras”-----

-----O *presidente de Junta de Ponte do Rol, **Pedro Vaza*** começou por dar os parabéns pela requalificação deste troço, embora tardiamente no seu entender, lembrando que a requalificação da EN9 no troço de S. Pedro da Cadeira ocorreu em 2007, ou seja há 14 anos, também então já com atraso em relação ao estado da via. Aproveitou para dar nota da perigosidade da via entre Gibraltar e a Fonte Grada onde ninguém consegue passar a pé, para além da localidade de S. Gião só ter uma paragem de autocarro, parecendo que ninguém dá por isso e não se saber de quem é a culpa. -----

-----Concluiu questionando ao presidente da comissão qual a média de veículos pesados e ligeiros que circulam entre Cucos e Runa. -----

-----O *deputado municipal **Vale Paulos*** respondeu que não está na posse dessa estatística, pois essa informação não constava nos vários projetos que foram elaborados, mas sabe que se trata de uma zona de intensa circulação de veículos pesados.-----

-----A *deputada municipal **Paula Mota*** salientou que para as pessoas que como ela vivem naquela zona e para quem por ali passa, a requalificação da EN9 é uma obra muito importante, feita de facto com algum atraso. -----

-----Com a sua intervenção queria reforçar o papel, não só da Junta da União de Freguesias de Carvoeira e de Carmões, mas também da respetiva Assembleia de Freguesia que esteve sempre ao lado da população nas reivindicações que foram feitas contribuindo e acrescentando melhorias ao projeto. -----

-----Também deu nota que após a requalificação o cruzamento na Aldeia de Nossa Sra. da Glória,

ficou como estava, ou seja, perigoso, com a agravante de agora ter os veículos a circular a alta velocidade, e também não foi focado o cruzamento da Zibreira que carece de uma faixa de entrada para a localidade e já se registaram ali acidentes depois da conclusão da obra. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de assinalar que teve o gosto de participar na comissão e para enaltecer o trabalho do seu coordenador. -----

----Deu nota que a EN9 para lá da linha do comboio foi sempre uma obra dividida em duas partes distintas, e agora dos Cucos até à rotunda da Espera tiveram uma melhoria onde considerável da segurança, piso, interceções e cruzamentos, mas de Runa até a Merceana as melhorias são essencialmente no piso e muito aquém do desejável. -----

----Também alertou que o concelho sofre há muitos anos de um problema grave por não ter nenhuma via de ligação de este a oeste, com exceção desta da EN9, pelo qual continuam a ser prejudicados. -----

----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que também fez parte da comissão e louvou o trabalho do colega Vale Paulos. -----

----Referiu que em alguns momentos o anterior presidente de Câmara envolveu-se neste processo, realizando visitas e reuniões, mas ainda assim persistiram alguns pontos que foram evidenciados no relatório (para além de Espera/Runa até ao limite do concelho) com menor qualidade. -----

----Frisou que nas freguesias da cidade e de Runa a EN9 foi beneficiada, mas continuam a existir zonas difíceis já referidas pelos colegas na freguesia da Carvoeira e para todos os efeitos terá que ser a Câmara Municipal a atravessar-se, pois nada vai haver de fundos nos próximos 20/30 anos da administração central seja qual for o partido que esteja no Governo, sendo este um problema que terão de lidar no futuro.-----

----O presidente de *junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto*, disse que a EN9 lhe é particularmente cara e enalteceu ao coordenador a minuciosidade do relatório apresentado.-----

----Pela concretização desta obra tinha que deixar um agradecimento sentido ao presidente Carlos Bernardes, que já não está entre eles, pelas lutas partilhadas para que fosse uma realidade. -----

----Concorda que há pormenores por resolver, alguns graves, e que já foram sinalizados pelos intervenientes anteriores, mas no que se refere à curva da Aldeia de Nossa Senhora da Glória já solicitaram à IP um semáforo limitador de velocidade tendo obtido como resposta que já estava em andamento o concurso para um estudo dessa alteração. -----

----Fez notar que para corrigir o que falta têm que contar com próximo Executivo e com a persistência da junta, pois se não fosse com persistência nada tinham conseguido. -----

-----Acrescentou que enquanto presidente de junta sente-se orgulhoso pela obra, pois foi um esforço e uma luta muito grande, inclusive quanto ao tipo de pavimento final que resultou bem, independentemente do que ainda estiver por resolver, e para o qual não irá desistir enquanto não estiver tudo resolvido. -----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação das recomendações constante no relatório:

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório e aprovou por maioria de 34 votos a favor e 2 abstenções as recomendações acima elencadas.-----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Castelo e João Pedro Gomes. -----

-----O deputado municipal Pedro Castelo em nome do Grupo Municipal do CDS/PP, fez a seguinte **Declaração de voto:**-----

-----“A abstenção do CDS/PP nada teve a ver com a apresentação do relatório, e muito menos com o trabalho e o esforço do coordenador da comissão. O CDS/PP demitiu-se da comissão, a seu tempo porque achou que na altura questões que tinham levantado não tinham sido bem explicadas, bem planeadas e acima de tudo demonstradas, nem pela IP nem pelo então presidente da Câmara, Carlos Bernardes e ficaram sem saber muitas coisas.-----

-----Quando ouço as palavras do autarca da Carvoeira e Carmões “se não fosse assim não teríamos a estrada e só eu o presidente Carlos Bernardes é que sabemos como é que fez” espero que um dia todos possamos saber, porque continuam com a sensação que houve um desvio ao projeto inicial.-----

-----Não há dúvida que há uma melhoria, ninguém compara o que tínhamos e o que temos, mas notamos e estamos hoje plenamente crentes que desde o início que o presidente Carlos Bernardes sabia que o cruzamento de Aldeia de Nossa Senhora da Glória não iria ser feito na altura.”-----

17.2 - OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE:-----

-----Presente relatório em título que se considera integralmente reproduzido e que ficará arquivado em pasta anexa ao livro das atas.-----

-----Foi dada a palavra ao presidente da Comissão, *deputado municipal José Vale Paulos*, que fez uma pormenorizada apresentação do documento, salientando por último as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Torres Vedras: -----

-----“1.Localização da subestação de tração elétrica de Runa:-----

-----Diligencie junto à Infraestruturas de Portugal S.A a elaboração de estudos, envolvendo os técnicos da Câmara, nomeadamente: - do Ordenamento do Território, Ambiente e Museu Municipal, por forma a encontrar uma localização alternativa fora da zona prevista e respetiva envolvente.-----

-----2.Supressão da passagem de nível de Runa:-----

-----Diligencie junto à IP para elaborar os estudos necessários com respeito pelas condicionantes existentes, para a urgente supressão da Passagem de Nível.-----

-----3.Deslocalização do apeadeiro de Runa.-----

-----Diligencie junto à IP para elaborar os estudos necessários por forma a concretizar a deslocalização do Apeadeiro para junto do equipamento de Runa.-----

-----4.Passagem de nível nos Casais Amiais:-----

-----Diligencie a construção da passagem de nível projetada, a poucos metros, a nascente, através de protocolo, envolvendo a IP, a Câmara Municipal e a entidade urbanizadora.-----

-----5.Travessia pedonal nos Casais Palhagaio:-----

-----Diligencie à IP a instalação de meios de sinalização luminosa ou mesmo semáforos para minimizar os perigos naquele atravessamento pedonal.-----

-----6.Passagem inferior junto à estação do Ramalhal:-----

-----Diligencie junto da IP a necessidade de iniciar estudos e projetos no sentido de reabilitar aquela passagem inferior para as necessidades rodoviárias atuais.-----

-----7.Coloque placas Toponímicas com a designação dos três túneis existentes no nosso território, designadamente: Túnel da Boiaca, Túnel do Cabaço e Túnel da Sertã.-----

-----8.Construção da passagem superior em Dois Portos para supressão da passagem de nível:---

-----Continue a diligenciar junto à IP, da necessária construção da passagem superior para supressão da passagem de nível de Dois Portos, com a deslocalização do viaduto para Norte da Adegas Cooperativa.-----

-----9.No Ramalhal as passagens de nível da Caseta do Feno (Km 72+172) - a norte da Abrunheira e a PN da Caseta dos Apupos-Bugalheira (Km73+616), devem manter-se acessíveis com barreiras automáticas e respetiva sinalização, nos termos da proposta da Junta de Freguesia do Ramalhal, aprovada pela Assembleia de Freguesia do Ramalhal.-----

-----Diligencie junto à IP em manter aquelas passagens de nível devidamente acessíveis com as respetivas barreiras automáticas e sinalização adequada.”-----

-----Face à apresentação feita o *deputado municipal António Carneiro*, questionou sobre a atuação do Executivo quanto às questões identificadas, concretamente no que se refere à arqueologia.-----

-----Disse ainda que não é um grande otimista em relação à previsão do aumento de passageiros a partir de Meleças e seria fundamental que a OesteCIM refletisse e estivesse atenta a esta matéria, já que não é só Torres Vedras que está em causa, mas outros municípios atravessados pela linha, para além de o Metro já ter um projeto de expansão para o lado de cá.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* começou por dizer que o Bloco de Esquerda verificou com agrado que o PS finalmente se juntou à oposição, e logo para recomendar um estudo de

alternativa à subestação elétrica de Runa. Depois de largos meses tentando fazer passar a situação como facto consumado, vem, em véspera de eleições, sugerir aquilo que tantos já dizem e escrevem há largos meses. -----

----Recordou que em julho passado o PS chumbou uma proposta do Bloco de Esquerda para essa alternativa, cujos fundamentos aparecem agora neste relatório e que, nessa altura, pela voz do presidente da Assembleia fez votos para que os runenses não estivessem a ser instrumentalizados para fins eleitorais, numa ofensa aos habitantes de Runa e ao elemento do movimento que tinha acabado de apresentar os seus argumentos. -----

----Reforçou que até argumentaram que se estava a atrasar a obra e a colocar tudo em risco, questionando se agora não estão a fazer o mesmo. -----

----Fez notar que a duas semanas de eleições o PS consegue vislumbrar as verdadeiras intenções da Infraestruturas de Portugal SA, e mudou a sua posição em 100 graus a reboque de uma estratégia eleitoral. -----

----Vota favoravelmente este relatório, pois ele contém aquilo que sempre tem vindo a defender e corresponde efetivamente às justas reivindicações dos runenses, mas lamenta os jogos políticos e reviravoltas do PS, que podia já ter em tempo estar do lado certo desta questão, contudo este documento não o pode deixar descansado, pois agora há que cuidar da sua efetiva implementação, para que não seja mais um papel em tempo de eleições que acaba numa gaveta no dia a seguir. -----

----O *presidente de junta de freguesia do Ramalhal, **António Espírito Santo***, deu nota que a linha do Oeste atravessa a Freguesia do Ramalhal em 7 Km, manifestando-se bastante desagradado com a solução encontrada pela Infraestruturas de Portugal para as passagens de nível na freguesia que preside, localizadas mais a norte e desfasadas uma da outra cerca de 1400m, o que não é bem visto pela população, lembrando que a Assembleia Freguesia aprovou uma proposta para que não fossem deslocalizadas, e que fossem dotadas barreiras elétricas, que é uma solução mais barata, tal como descrito na recomendação n.º 9 do relatório. -----

----O *deputado municipal **Luís Carlos Lopes*** começou por tecer algumas palavras sobre a apresentação do relatório, para dizer que com a mesma o coordenador fez política até porque na reunião de março com a IP.SA, foi dito que tudo seria tratado, mas depois não trataram de nada, sendo este o grande incómodo do PS nesta questão. -----

----Disse que como pontos fulcrais o Grupo Municipal do PSD, revesse na construção da passagem superior em Dois Portos para supressão da passagem de nível, acha que não faz sentido a localização da subestação elétrica naquele local em Runa e remetem para uma próxima oportunidade fazer uma passagem superior para colmatar a ausência da manutenção da passagem de nível em Runa e por último também se revêm na recomendação sobre o Ramalhal

relacionada com a passagem inferior junto à Valouro.-----
----No seu entender o PS de Torres Vedras e o seu Governo têm de fazer pressão junto da Infraestruturas de Portugal de forma a colmatar estas deficiências.-----
----Concluiu dizendo que também lhe suscita muitas dúvidas manter o mesmo trajeto até Meleças, pois no seu entender não vai haver disponibilidade das pessoas, ou seja, não vai haver aumento de 20% de passageiros.-----
----A *deputada municipal Paula Mota* disse que quanto ao Ramalhal, não está muito a par do problema, mas seguiu de perto a luta da população de Runa em relação ao apeadeiro assim como para que a subestação não fique tão dentro da localidade, estando esta envolvência da população bem patente no relatório em análise.-----
----Quanto às referências que foram feitas de que se estava a instrumentalizar os runenses e que era politiquice, hoje chegam à conclusão que a comissão lhes veio dar razão.-----
----No que se refere a Torres Vedras, espera que a obra avance e defende a proximidade do Terminal Rodoviário à linha do comboio, mas a decisão foi no sentido contrário, ou seja, estava perto e foi colocada distante da estação e assim o próximo Executivo Municipal deverá estar atento pois as questões de mobilidade serão um grande desafio.-----
----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de fazer dele as palavras da colega sobre a mudança do Terminal Rodoviário, não para onde está, mas de onde veio, essencialmente pela proximidade à estação da linha do comboio e à necessidade de intermodalidade, o que qualquer cidade moderna privilegia ao contrário de Torres Vedras que andou exatamente ao contrário e mais grave ainda, fez de uma solução inicialmente provisória, definitiva.-----
----Também enalteceu o trabalho do deputado municipal Vale Paulos, coordenador da comissão em causa, onde também participou, dando contributos do TnL.-----
----Disse que a melhoria da linha é muito pouco, a obra em curso é curta porque não vai trazer grandes benefícios, nem grande competitividade, para o qual precisaria que da Malveira para sul a linha seguisse para o corredor de Loures onde recentemente também foi adjudicado um Metro de superfície que vai ligar os concelhos de Odivelas e de Loures e que caminha para Oeste, o que se traduziria num benefício regional, mas também nacional.-----
----Referiu que o relatório fala na criação de 400 postos de trabalho no tempo da obra e está certo de que com a criação dos quilómetros de linha nova a ligar Malveira a Loures esses postos de trabalho seriam em maior número e no que se refere à previsão da procura que em 10 anos duplica, alertou que estão a falar de estatística, que vale o que vale.-----
----Deu nota que o percurso Torres Vedras/Loures sendo o troço Malveira/Loures far-se-ia em cerca de 30 minutos, sendo 40 km, atualmente por Meleças/Cacém /Sintra demorará mais do dobro do tempo e mais de 10km desnecessariamente, o dinheiro público tem que ser bem gerido e

a ida do comboio à volta por Meleças não beneficia ninguém.-----

----Por último deixou o enfoque para que a ferrovia seja efetivamente competitiva com a rodovia, o trajeto deve ser reorientado para Loures.-----

----Após mais algumas intervenções para aprimorar as recomendações e esclarecimentos adicionais sobre as mesmas a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório e deliberou, por unanimidade, aprovar as recomendações nele incluídas e acima transcritas.-----

----Nesta altura o *deputado municipal António Carneiro* pediu a palavra para completar a intervenção que fez no dia 6 de setembro sobre turismo, dando nota que viu na revista “Sábado” um artigo intitulado “Era uma vez no Oeste” com excelentes referências a Santa Cruz, para sugerir ao Executivo Municipal uma palavra de apreço aos dois jornalistas e talvez um convite num dos dois hotéis a que fazem menção.-----

ENCERRAMENTO SIMBÓLICO DO MANDATO 2017/2021 – DISCURSOS:-----

----O *presidente da mesa* disse que daria a palavra à presidente da Câmara a que seguiriam os líderes dos grupos municipais para proferirem um breve discurso simbólico de fim de mandato, tal como tinham acordado previamente.-----

----A *presidente da Câmara* nesta última sessão que marca o término do mandato, começou por agradecer a todos os seus colegas do Executivo Camarário, que são uma ajuda preciosa para as diversas matérias que discutem no plenário, aos presidentes de junta que têm funções duplas como deputados municipais e tarefas de grande proximidade aos munícipes e também aos deputados municipais em particular ao presidente da Assembleia Municipal, que pugnou sempre pela dignificação, independência e visibilidade deste órgão, incrementado práticas que permitiram um desempenho diferente da Assembleia Municipal.-----

----Agradeceu também a todos os munícipes que participaram nas sessões da Assembleia Municipal, onde vieram colocar as suas questões e dar nota das suas angústias e preocupações endereçando-lhes uma palavra de incentivo para que continuem a participar pois este é o local próprio para o fazerem, tentando que sejam levados a bom porto pelos órgãos autárquicos do município.-----

----Deixou também uma palavra de reconhecimento às funcionárias que acompanham de forma zelosa e dedicada este Órgão Deliberativo, à comunicação social e por último ao 1.º secretário da mesa, António Fortunato um autarca dedicado, rigoroso e assertivo com quem podem sempre contar e à 2.ª secretária Rita Vilela, que manifestou ser uma pessoa inteligente e capaz e que virá a dar muitas surpresas boas no futuro.-----

----Por fim restava-lhe lembrar o grande autarca que foi Carlos Bernardes, que os acompanhou durante quase todo este mandato e que foi responsável por muitas das coisas aqui trabalhadas assim como no Executivo Municipal e que foi o primeiro apoio que o presidente da Assembleia

Municipal teve que para dignificar este órgão. -----
-----Deixou a todos um obrigado muito grande. -----
-----Pedeu para intervir o *deputado municipal Nuno Henriques* para saudar o presidente da Assembleia Municipal e a presidente da Câmara assinalando que foi uma honra fazer parte deste órgão em defesa de todos cidadãos. Ao presidente da Assembleia que deixará de exercer estas funções, disse que gostaria de o saudar com uma sentida salva de palmas simbólicas.-----
-----De seguida, foi dada a palavra o *deputado municipal*, representante do Movimento de Cidadãos -Torres nas Linhas, **Sérgio Jacinto**:-----
-----“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
-----Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, -----
-----Estimados Colegas,-----
-----Minhas Senhoras e meus Senhores. -----
-----Desde a Revolução do 25 de Abril de 1974 e posteriormente com a elevação de Torres Vedras à categoria de Cidade em 1979, bem como com a entrada de Portugal na atual União Europeia que o Concelho de Torres Vedras tem evidenciado um forte desenvolvimento rural e urbano, atraindo novos habitantes, novos empreendimentos e novos projetos que aqui encontraram espaço para o seu desenvolvimento.-----
-----Exemplo disso é o recente crescimento populacional verificado no último Censos 2021.-----
-----Foi a partir dessa evolução social, económica e cultural que se deu o aparecimento de Movimentos de Cidadãos Independentes e Grupos de Cidadãos Eleitores como é o caso do Torres nas Linhas TnL, com o objetivo de trazer a cidadania ativa, independente e apartidária para os centros de decisão locais.-----
-----Foi neste pressuposto e com esse propósito que fomos eleitos pelo Torres na Linhas TnL no mandato de 2017 / 2021 que agora termina. -----
-----Fomos pioneiros neste percurso autárquico, qualificando a nossa intervenção pública como muito positiva, destacando desde logo a nossa insatisfação com as regras pouco democráticas então vigentes e a contribuição para a alteração das mesmas com um regimento da Assembleia Municipal mais justo, mais equilibrado e mais equitativo, uma herança que deixamos para futuras composições da Assembleia Municipal e que também muito se deve ao empenho do atual Presidente da Assembleia Municipal cujo trabalho, nem sempre fácil, aqui saudamos e enaltecemos. -----
-----Bem-haja, Sr. Presidente. -----
-----Procurámos sempre defender os melhores interesses dos Torrienses nas várias áreas da vida das pessoas, das empresas e do Concelho. -----
-----Nas questões de mobilidade, destacamos o apoio a diversas ações populares como a

proposta para a criação de circuitos pedonais com pisos mais acessíveis.-----

----A petição contra o fecho do Largo de São Pedro ao trânsito, que qualificamos como a pior decisão dos últimos anos com consequências terríveis para a zona histórica da Cidade, e a petição pela reposição e melhoria do transporte público no Concelho. -----

----Desafiamos aqui o novo poder autárquico que venha a ser eleito a 26 de setembro próximo a reavaliar com brevidade a possível reabertura do Largo de São Pedro ao trânsito.-----

----Nas questões ambientais, lutámos contra o transplante dos freixos da Avenida Leal d'Ascensão na Várzea, ato que resultou na morte da grande maioria dessas árvores, conforme avisámos e havíamos previsto. -----

----Procurámos que fosse melhorada a eficiência na reciclagem, nomeadamente de pilhas, de óleos alimentares, de roupas usadas e de equipamento elétrico e eletrónico, bem como defendemos a importância do património ambiental e arquitetónico do Jardim da Graça.-----

----Na área da saúde, participámos na Comissão Permanente de Saúde, alertando para os problemas denunciados tanto no Centro Hospitalar como nos Centros de Saúde que põem em causa a proteção na saúde dos Torrienses, discutimos a importância do novo Hospital do Oeste e da imperativa reabilitação da urgência do atual Hospital. -----

----E naquela que foi uma das principais bandeiras do Torres nas Linhas, exigimos sempre a maior transparência nos atos administrativos e financeiros quando realizados por aqueles que devem exercer os seus cargos com a maior seriedade e ética pública. -----

----Foram várias as tentativas dos principais partidos da Assembleia da República para diminuir a participação pública e cívica na democracia participativa. -----

----Por isso denunciámos as várias alterações aprovadas por PS e PSD à Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL) e rejeitámos o processo da eleição dos presidentes para as CCDR quando estes foram previamente escolhidos por esses mesmos partidos.-----

----Apesar disso, ao longo do mandato que agora termina, o Torres nas Linhas TnL manteve-se sempre verdadeiramente independente, puro e sem demagogias. -----

----Fecha agora um ciclo de intervenção cívica independente, mas há muitas outras formas de intervenção que o Torres nas Linhas não deixará de utilizar. -----

----Esperemos que nestas próximas eleições um novo ciclo se inicie e que seja sempre defendido o melhor para os Municípios.-----

----O Torres nas Linhas TnL estará presente para garantir isso, concorrendo nas listas da Aliança de Cidadãos.-----

----Muito Obrigado pela V/ atenção.-----

----Até sempre! -----

----Seguiu-se o *deputado municipal* **João Rodrigues**, eleito pelo Bloco de Esquerda. -----

-----“Caros colegas,-----
-----Decorridos que estão 4 anos, deste mandato autárquico, o Bloco entende como bastante positiva, a sua participação com apenas um deputado municipal!-----
-----Tendo em conta a força que a população do concelho nos deu, entendemos ter correspondido às expectativas de quem nos ofereceu o seu voto, apresentando propostas e moções, sempre no sentido de dignificar as pessoas, melhorar as suas vidas, defender o ambiente, mesmo que tais propostas e moções, chocassem de frente, como foi muitas vezes o caso, com os interesses maioritários aqui representados.-----
-----Vimos muitas das nossas participações, chumbadas em votação porque chocavam com interesses mais robustos, outras, chumbadas simplesmente porque são do Bloco, essa tal não raramente apelidada de extrema-esquerda diabólica.-----
-----Esta "maldita" extrema-esquerda, que não o é, mas é insistentemente adjectivada de tal, é a que tem na sua génese, as lutas pela plena igualdade, pelo ambiente, contra a xenofobia, contra a racismo, pela defesa intransigente dos direitos humanos, de uma vida digna para todas e para todos.-----
-----Esta, é a "maldita" extrema-esquerda, que não o é, mas é insistentemente adjectivada de tal, que luta desde sempre e para sempre, contra a pobreza, contra o aumento do fosso entre ricos e pobres.-----
-----Esta é a extrema-esquerda, que não o é, mas é insistentemente adjectivada de tal, que defende de forma intransigente a democracia e, por isso, respeita todas e todos os que igualmente a defendem e a praticam e não esquece e não se cala perante quem a tenta ferir.-----
-----Esta é a esquerda que não trafica influências, que não espera reformas douradas ou cargos em empresas privadas.-----
-----Esta é a esquerda que não vende nem caro nem barato, o futuro das próximas gerações e que tem a consciência plena desse negro futuro, a continuar como estamos.-----
-----Esta é a esquerda que não se verga a interesses e que nada espera que não seja a permanente luta por todos os valores que defende.-----
-----Talvez por isso, adjectivada de "extrema".-----
-----Fizemos muito, com apenas um deputado.-----
-----Apesar dos inúmeros chumbos a que foram votadas muitas das nossas propostas, trouxemos assuntos para discussão, provocamos debate e imagine-se, muitas das propostas que nos chumbaram, são agora adotadas como se de suas se tratasse, por quem está no poder, neste município.-----
-----Mesmo chumbadas, muitas delas, estão a ir para a frente, mesmo que enquadradas e projetadas de forma, quanto a nós, deficiente.-----

----- Bem ou mal, não temos por objetivo, protagonismos e, o que nos interessa em primeiro plano, é a melhoria da vida das populações dentro do respeito pelo ambiente, pelas culturas, pela individualidade.-----

----- Acreditamos continuar, a partir do próximo dia 26, a poder participar desta Assembleia, com participação reforçada e se assim a população o decidir, fá-lo-emos com gosto, pelo ato de cidadania, com o espírito de abnegação que nos caracteriza, pelo bem comum.-----

----- Termino, saudando democraticamente todas e todos os colegas presentes neste plenário, agradecendo pessoalmente, toda a experiência que me proporcionaram e que, sem sombra de duvida, me enriqueceu.-----

----- Não voltarei a este plenário no próximo mandato como Deputado Municipal, mas saio com a consciência de um dever cumprido com o melhor que, de mim, dei. Continuarei na luta, como sempre estive!-----

----- Obrigado.”-----

----- Iniciou o seu discurso o *deputado municipal Pedro Castelo*, líder do Grupo Municipal do CDS/PP.-----

----- “Queria começar por fazer agradecimentos e alguns destaques a membros desta assembleia que tiveram uma importância para nós decisiva neste mandato.-----

----- Agradecer ao António Fortunato pelo rigor e a dedicação que nos proporcionou, o que para qualquer um de nós não é uma surpresa.-----

----- Agradecer à Rita Vilela que na altura própria, mostrou coragem quando foi preciso e conseguiu mostrar irreverência e convicção, que sendo ela uma jovem não deixa de ser um exemplo e uma esperança para aquilo que será a política trazida pelos jovens.-----

----- Agradecer a V. Exa como presidente da Assembleia Municipal pelo mandato que nos proporcionou. Irei recordar-me de um mandato em que primou pelo respeito democrático de todos os membros desta Assembleia Municipal, e que nos proporcionou também um garante de estabilidade e que com a sua conduta e postura, dignificou toda esta Assembleia Municipal.-----

----- Registo principalmente nestes 4 anos de mandato que a independência perante o seu próprio partido deixará pelo menos para mim saudades.-----

----- Agradecer à minha colega desta Assembleia Municipal, Rita Sammer e faço-o porque estivemos em coligação em 2017 e foi precisamente nestas eleições autárquicas que resultou a composição atual desta assembleia, toda a colaboração e lealdade nas questões que apresentamos e defendemos em conjunto.-----

----- Queria apenas dizer, a nível pessoal que me ficam duas mágoas:-----

----- Quanto à primeira, fiz parte de uma Comissão de Saúde da OesteCIM sobre a eventual construção de um novo hospital na nossa região Oeste, e custa-me ver que durante 4 anos

marchámos para sentido nenhum, e é com tristeza que verifico que durante estes 4 anos, nada, mas mesmo nada avançamos. Sinto que perdemos demasiado tempo que temo seja irrecuperável.

-----A segunda mágoa diz respeito à degradação dos cuidados de saúde primários no nosso concelho e lembro-me de intervenções bem acaloradas, aqui, nesta Assembleia Municipal sobre a questão e é com ironia que digo “com balde ou sem balde, com esfregona ou sem esfregona” aqueles que se sentiram com virgens ofendidas por estes termos, não conseguiram dar resposta aos anseios e às necessidades médicas da nossa população. -----

-----Aqueles que continuarem num próximo mandato terão que agarrar esta questão como prioridade decisiva para proteger os nossos cidadãos. -----

-----Que possamos aprender com 4 anos perdidos nesta questão. -----

-----Que saibamos promover a união porque o que interessa será sempre e só os interesses de todos os torrienses. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra de seguida a *deputada municipal Paula Mota*, que desde logo anunciou que a sua intervenção seria de caráter pessoal e não do Grupo Municipal do PCP, que representa.-----

-----“Considero a minha experiência neste órgão de extrema importância para a democracia e para o poder local e muito positiva do ponto de vista de enriquecimento pessoal. -----

-----Aproveito para agradecer à mesa da Assembleia Municipal a forma sempre respeitosa com que me tratou a mim e ao meu grupo. -----

-----Aproveito também para saudar o presidente da Assembleia Municipal que foi um presidente que fez o seu papel em consciência e não atrás só do partido, contudo este órgão foi por vezes pouco estimado pelo Executivo Camarário. Algumas vezes senti pouca importância dada pelo Executivo às intervenções da oposição e do público, falta de resposta a questões colocadas e até senti pouco interesse e subestimação das opiniões dadas e por vezes um escarnecer por parte de alguns colegas de bancada da maioria. -----

-----Num mandato tão atípico como foi este em termos de saúde pública e das circunstâncias trágicas do falecimento do presidente Carlos Bernardes, assuntos estes muito sensíveis sobre os quais entendo que devemos estar num período ainda de muita reflexão, de mudanças de mentalidades e de atitudes, como sejam imposição de opiniões, discussões sem conteúdo e muitas vezes até vaidades pessoais. Muitas vezes em vez de fazermos uma política democrática se tende a fazer uma politiquice, o que não é bom neste órgão. -----

-----Penso ser imperativo respeitar as opiniões dos nossos adversários políticos, opinar de forma construtiva. -----

-----Quem está no poder não se deve achar o dono e senhor da razão. Deve ouvir, dialogar e tentar criar consensos e criar condições para igualdade de oportunidades no emprego e na vida

em geral, independentemente das nossas opções políticas. -----
-----É imperativo fazermos com que os nossos jovens se orgulhem da classe política. Para isso temos de nos transformar, temos de ser humanos e mais humanistas e temos de ir ao encontro dos nossos munícipes, das suas aspirações coletivas. Temos o dever de ser solidários, fraternos e preocupados com o próximo e com os mais desfavorecidos e mais desprotegidos. -----
-----Devemos ainda todos dar o exemplo de honestidade, de trabalho e de transparência e colocar os interesses do coletivo à frente de interesses pessoais. -----
-----Desejo a todos os colegas felicidades para a vida pessoal, profissional e política. -----
-----Que tenhamos uma campanha eleitoral baseada no respeito e sobretudo na verdade. -----
-----Desejo um bom trabalho para os eleitos no próximo mandato e votos que sejam sobretudo dedicados ao nosso município, às nossas freguesias e às nossas populações. -----
-----Obrigado por estes 4 anos.” -----
-----Proferiu de seguida algumas palavras a deputada municipal líder do Grupo Municipal do PSD, **Rita Sammer**, que fez um balanço pessoal do mandato autárquico. -----
-----“Em primeiro lugar foi um privilégio pertencer a este órgão, liderar a bancada do PSD, privar com todos e cada um de vós. A política para mim foi sempre e apenas um exercício de cidadania. Daí sentir-me privilegiada por ter pertencido aqui, à casa da democracia. -----
-----Em segundo lugar há que reconhecer que o exercício da cidadania exige ou beneficia certas condições. Nesta Assembleia, apesar da maioria absoluta do PS, que podia convocar certos absolutismos (e que em momentos posteriores veio convocar) foi redigido e aprovado um regimento que reconheceu aos deputados de todas as forças políticas, mesmo aos com menos representação, o direito à participação condigna no debate democrático através da atribuição de tempos de intervenção dignos. Neste ponto há que sublinhar o papel do presidente da Assembleia Municipal, José Augusto de Carvalho. A sua liderança, apesar de um ou outro percalço, foi um exemplo de respeito pelo debate democrático e soube, de forma impar, valorizar o papel da Assembleia Municipal. -----
-----É justo reconhecê-lo, faço questão de o reconhecer. -----
-----Quanto ao balanço do mandato propriamente dito, realço dois ou três pontos que traduzem uma certa frustração com os resultados alcançados ou com a falta deles. -----
-----Desde logo uma palavra para a saúde. O PSD empenhou-se incessantemente em das duas questões centrais: a questão dos médicos de família e a questão do Novo Hospital do Oeste. Ao fim de 4 anos custa reconhecer que pouco ou nada se avançou. Não conseguimos convencer o PS a alinhar em medidas excecionais e transitórias para atrair e fixar médicos de família no nosso concelho. Ficámos dependentes das políticas de saúde do PS e muitos torrienses, principalmente os mais vulneráveis continuam a padecer da falta de médicos de família. -----

-----Quanto ao Novo Hospital do Oeste ficamo-nos por um estudo. Estudo que ainda nem sequer existe e que mesmo que existisse não seria vinculativo. Ao fim de 4 anos estamos no mesmo lugar. Gastou-se dinheiro e o único resultado visível continua a ser um braço de ferro entre Torres Vedras e as Caldas da Rainha sobre a localização do novo hospital. Enquanto isso o Ministério da Saúde esfrega as mãos e nada faz para resolver o problema. O PSD defendeu nesta Assembleia que devíamos ter a coragem política do por a nu a insuficiência e o fracasso da estratégia da OesteCIM e que devíamos exigir os Ministério da Saúde a assunção imediata da responsabilidade de definir a tipologia e a localização do NHO e programar a sua construção.-----

-----A outra oportunidade perdida foi a transferência de competências para as freguesias. Debatemo-nos para que as freguesias pudessem assumir a plenitude das suas competências, com a autonomia política e financeira. Fomos derrotados pela maioria socialista, mantém-se “política do beija mão ao presidente de Câmara” com atribuição de apoios avulsos, para isto, para aquilo, para aqueloutro. A democracia ficou a perder, as freguesias ficaram a perder. -----

-----Por último, a questão da relação com o Executivo Municipal. Décadas de governo autárquico socialista com maioria absoluta tornaram muitas vezes irrelevante e praticamente inútil o debate democrático. -----

-----O Executivo socialista não gosta de prestar contas, não gosta de ser contrariado, não gosta que os outros tenham ideias diferentes das suas. Está em casa. Habita-a sem cerimónias. Há múltiplos exemplos. A informação solicitada que não chega a tem oportuno. As respostas vazias e sobranceiras que não informam nem esclarecem os agendamentos súbitos e inusitados que contam, à priori, com o beneplácito socialista. O uso e o abuso dos ajustes diretos a quem bem interessa, a falta de noção na gestão da coisa pública que não deixa de fora familiares e afins. De tudo isto falámos nesta Assembleia.-----

-----As maiorias absolutas são prejudiciais para o concelho, são prejudiciais para as pessoas.-----

-----Espero que daqui a um mês tenhamos, nesta casa e na Câmara Municipal, outra relação de forças políticas. -----

-----Torres Vedras precisa. Os Torrienses merecem. -----

-----Até sempre.” -----

-----Fez também o seu discurso o *deputado municipal António Carneiro* em representação do Grupo Municipal do PS:-----

-----“Quase sem darmos por isso 4 anos se passaram, desde o início deste mandato que começámos ainda a sarar a ferida da perda do sempre saudoso Dr. Alberto Avelino, exemplo que sempre foi para todos nós, pela verticalidade, humanismo e permanente boa disposição.-----

-----Longe estávamos, então, de imaginar que este mandato seria marcado por duas dramáticas e inesperadas situações: uma bem recente e ainda, seguramente, mantendo em nós a dor e a

saudade pela perda do nosso Presidente Carlos Bernardes; a outra que continuamos, apesar da luz ao fundo do túnel, a atravessar: a pandemia do Covid-19.-----

-----Neste último caso tem sido notável o esforço do Executivo Municipal, esforço esse de que o processo de vacinação e “ataque” a situações especiais como os surtos localizados, são um exemplo aqui saudando a Sra. presidente Laura Rodrigues pela sua permanente atenção a tão complexo trabalho.-----

-----Saúdo também o nosso presidente Dr. José Augusto de Carvalho, sendo da mais elementar justiça realçar a forma como soube dignificar este que é justificadamente o mais importante Órgão do Município, a verdadeira “Casa da Democracia” Local, com agradecimento pessoal especial aos seus secretários António Fortunato e Rita Vilela e às funcionárias de apoio.-----

-----Algo tão simples como dar a primazia à participação do público, leia-se dos nossos cidadãos, antes mesmo da ordem de trabalhos demonstra bem o que foi a vontade de elevar politicamente esta Assembleia Municipal e nela, a dignificação perante os torrienses de todos os Srs. Deputados Municipais.-----

-----Vivemos, por vezes, ao longo dos 4 anos momentos acalorados, momentos de acesa discussão política, no saudável significado que tão rica e nem sempre bem respeitada a palavra tem.-----

-----Como nunca as redes sociais fizeram eco das nossas posições.-----

-----Não foi por alguns de nós haverem sido alvo de ataques por vezes injustos que não podemos hoje deixar de daqui sair com a plena consciência do dever cumprido.-----

-----Não foi o Grupo Municipal do Partido Socialista uma “câmara de eco” da maioria que o Partido tem, por vontade dos eleitores, no executivo.-----

-----Nunca por nunca evitámos a discussão fosse qual fosse a matéria, e os tempos para a mesma concedidos regimentalmente foram desde o momento de abertura do mandato, prova dessa disponibilidade.-----

-----Penso que hoje o mais importante de relevar será o facto de haveremos cumprido a Democracia de uma forma tão salutar que todos poderemos daqui sair afirmando que saímos tão amigos como quando há 4 anos iniciámos esta caminhada.-----

-----Sabemos hoje que alguns de entre nós não continuarão nesta “Casa” a caminhada, o que lamentamos, mas também sabemos que continuarão a ser cidadãos empenhados no desenvolvimento da nossa terra.-----

-----A Democracia cumpre-se na defesa dos valores sobre os quais ela assenta e sei que todos assumimos o compromisso interior da sua defesa, como desde Abril o vimos fazendo: no respeito da pluralidade mas, também na luta que tem de ser tenaz mas inteligente contra os extremismos que já vamos vendo no horizonte.-----

----- Saudando, por fim, de forma muito fraterna todos os colegas, nós aqui, ali a Mesa, todo o executivo, também com uma palavra aos órgãos de informação que nos aproximaram dos cidadãos torrienses, o Grupo Municipal Socialista, com a plena consciência do dever cumprido, sempre em respeito com os princípios democráticos, deseja a todos muita saúde e felicidades para o futuro, onde quer que estejamos. -----

----- A encerrar o **presidente da Assembleia Municipal** proferiu o seguinte discurso: -----

----- “ Saudações. -----

----- Nesta oportunidade, no final do mandato, mal andaríamos se não trocássemos algumas palavras ajustadas ao momento. -----

----- Começo por declarar que tive muito gosto em me relacionar mais de perto com muitos de vós. Refiro-me às minhas e meu colegas membros da Assembleia Municipal, com especial enfoque nos líderes dos grupos municipais. -----

----- O mesmo é extensivo aos membros da Câmara Municipal, sem esquecer o saudoso e malgrado presidente Carlos Bernardes. -----

----- Para todos funcionará a minha memória, na consideração e estima. -----

----- Não podem, entretanto, ser esquecidos quantos colaboraram connosco, nas mais diversas circunstâncias. -----

----- Muito especial e compreensivelmente a Marília Ferreira e a Dra. Vania Bizarro. -----

----- A Marília, desde a primeira hora e invariavelmente, revelou experiência e competência, a par de invulgar zelo e dedicação ao serviço. -----

----- A Dra. Vania, tendo iniciado connosco, neste mandato, as suas funções, rapidamente se integrou, evidenciando dedicação, zelo e qualidade na assessoria ao plenário, ao presidente e à mesa, bem como às comissões especializadas. -----

----- A ambas somos devedores de uma inestimável colaboração quer em termos individuais quer enquanto órgão no seu todo. -----

----- Porque corresponde à realidade, importa assumir que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no atual mandato, deu passos significativos em frente, no sentido da credibilização do órgão e dos seus membros, assim como no aprofundamento democrático indissociável da dignificação do poder local. -----

----- Não há democracia sem uma efetiva separação de poderes entre o órgão executivo e o órgão deliberativo do município, nos termos da Constituição e das leis aplicáveis. -----

----- É comum ouvir-se que a Assembleia é órgão de suporte da Câmara. Nada mais errado e até censurável no quadro constitucional e legal que nos rege. -----

----- Que haja em cada Assembleia Municipal um ou mais grupos municipais que assim procedam é compreensível e até expectável, atenta a identificação ideológica e programática consagrada nas

eleições. -----

-----Não obstante, o órgão deliberativo e fiscalizador do município - enquanto tal – é muito mais do que os grupos municipais que o integram. Está vinculado a um quadro de competências que lhe cumpre exercer, sendo imperativo que o faça num contexto de democracia pluralista que caracteriza o nosso regime político. -----

-----Ao presidente da Assembleia cabe diligenciar para que assim aconteça.-----

-----Tudo isto, evidentemente, nos limites da lei, conjugados com os valores éticos e políticos que cada um incorpora.-----

-----É grato ter, neste momento, a sensação ou melhor a convicção de dever cumprido.-----

-----A todas e todos um sincero obrigado pelo muito em que fico devedor. -----

-----Um abraço fraterno.”-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 00.45 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
